



Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Germote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Do Sr. WILLIAN W. JOHNSTON — Cônsul e Comissário Comercial do Canadá, informando que o Ministério da Indústria e Comércio do Canadá, convidou os Srs. Deputados GABRIEL SAMPAIO e FIDELCINO TOLENTINO, para visitarem aquele país de 14 a 21 de novembro de 1981. — Ao conhecimento da Casa.

Ofícios:

Sob o número 106/81, do Sr. LÁZARO WASHINGTON DA CUNHA — Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Sul, que em Sessão Ordinária realizada no dia 23 de outubro do corrente ano, foi aprovado por unanimidade a proposição do Edil, Sr. JAIME TOLEDO, no qual solicitou providências do Ministro das Minas e Energia, a fim de que avalie o ICM das áreas inundadas pelas represas no País, principalmente no Paraná, na parte que tocar para os municípios, que seja revertido em descontos de tarifas dos usuários de ônibus e a parte que tocar para o Estado, que seja revertido em energia elétrica para os ônibus elétricos, nos grandes centros, para que reduza os preços das passagens dos operários. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 107/81, do Sr. LÁZARO WASHINGTON DA CUNHA — Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Sul, que em sessão realizada no dia 23 de outubro do corrente

ano, foi aprovado por unanimidade a proposição do Edil, Sr. JOSÉ CATELLI, no qual solicita do Ministro da Previdência e Assistência Social o máximo, para que seja credenciado o Hospital e Maternidade São Bento de Alvorada do Sul — Paraná, pelo INAMPS, para dar melhor atendimento hospitalar em nosso município. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 217/81, do Sr. DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA — Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, que em sessão realizada em 22 de outubro do corrente ano, aprovaram por unanimidade o requerimento de autoria do nobre Vereador MÁRIO ROSS, no qual solicita o imprescindível apoio desta Casa, para que medidas urgentes sejam tomadas visando o imediato início das construções dos prédios escolares programados para os núcleos habitacionais "JOÃO PAULO I" e "PROF. ADRIANO CORREA", localizados próximos às áreas industriais de Apucarana, para que em março de 1982, alunos residentes nesses núcleos possam estudar sem se locomoverem a outros estabelecimentos de ensino. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimento de autoria do nobre Vereador ANTENOR SANCHES, da Câmara Municipal de Maringá, no qual sugere: fiscalização rigorosa em todo o País, inclusive no interior, no setor de panificação, para eliminar o Bromato de Potássio. Determinar que a moagem de trigo volte às altas taxas de extração. Fomentar o plantio e consumo de Trigo Mourisco e Centeio. Eliminar o monopólio estatal de trigo e extinguir de imediato os subsídios na revenda aos moinhos. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 128/81, Mensagem Governamental nº 108/81, que visa conceder aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 129/81 — Mensagem Governamental nº 109/81, que objetiva conceder aumento de vencimentos aos membros da Magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento dos Srs. NÉDIO LUIZ BÉTTIO e JOÃO PEREIRA, ocorrido no dia 25/10/81, e LEONILDO BÉTTIO, ocorrido no dia 29 próximo passado, no Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.
(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

As referidas pessoas eram lavradores residentes na localidade de São Valentim, próximo do Distrito de Santa Lúcia, em Capitão Leônidas Marques.

Pelo que tomamos conhecimento, os mesmos foram vítimas de intoxicação química provocada pelo uso de defensivos agrícolas, que foram carregados pelas recentes chuvas, para uma nascente que abastece de água a família Bértio e outros moradores vizinhos.

É lamentável que casos como estes ocorram, talvez devido a falta de informação dos usuários, por parte de engenheiros agrônomos dos órgãos competentes.

O falecimento das pessoas acima, entristece não somente seus familiares, como também a todos os agricultores da região, os quais a partir dos acontecimentos, sentirão a insegurança no uso dos defensivos agrícolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares do Sr. EGON SCHWANKE, falecido tragicamente em acidente automobilístico, no dia 04 de novembro do corrente.

O extinto era industrial e comerciante e deixa viúva a Sra. Gisela Schwanke, e os filhos, Sérgio, Flávio, Mary e Dirce.

Outrossim, REQUER que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a aprovação de um voto de congratulações ao jornalista DINO ALMEIDA, pela passagem de seus 26 anos de jornalismo social, ocorrido no último dia 16 de outubro do corrente.

Da decisão plenária, REQUEIRO seja cientificado o jornalista DINO ALMEIDA, através da direção do Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16 de outubro do corrente, o jornalista DINO ALMEIDA, da "Gazeta do Povo", completou 26 anos de jornalismo social, prestando relevante apoio ao desenvolvimento da cultura e a filantropia em nosso Estado. Tendo apoio em todas as suas iniciativas da direção da "Gazeta do Povo", através de seu Diretor-Presidente, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Autor de três livros sobre o Paraná e suas personalidades, como o Bandeirantes do Progresso, no qual destaca as personalidades do ano. Dino Almeida destaca-se pela sua humildade e, principalmente, por suas campanhas em prol do Paraná.

Aqui fica registrado nossos cumprimentos ao Dino Almeida, ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e a toda equipe que participa destes 26 anos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes,

sugerindo continuação das obras de asfaltamento do trecho Planaltina do Paraná - Santa Isabel do Ivaí, já em adiantado estado de implantação, para atingir o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, no ponto de ligação com os Municípios de Porto Rico, São Pedro do Paraná e Loanda, isto é, na encruzilhada do Posto Fiscal.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

É ilógica a interrupção das obras de pavimentação, já quase concluída, de interligação das cidades de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí, nesse último município, vez que apenas um aumento de mais doze quilômetros, seria o suficiente para a completa execução dessa empreitada.

Ressalte-se que a ligação Santa Isabel do Ivaí - Santa Cruz do Monte Castelo, beneficiaria todo o sistema de escoamento de mercadorias, produções agrícolas e bovinos na área Noroeste do Paraná e Mato Grosso do Sul, diminuindo sensivelmente a distância entre Paranavaí e o fundão noroestino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade de imediata execução das obras de pavimentação do percurso Santa Isabel do Ivaí - Umuarama, e construção de ponte sobre o Rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente 110 quilômetros de estradas, quase sempre intransitáveis, separam os Municípios de Santa Isabel do Ivaí e Umuarama. O atendimento desta reivindicação beneficiará extensa região produtora, além de se constituir em abertura de importante geração de emprego para aproveitamento da abundante mão-de-obra em oferta na área.

Ao analisar esta proposta, o Sr. Secretário deverá, portanto, fixar-se nos dois imperativos maiores que a motivaram: o lado econômico e o aspecto social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Srs. Dr. AMAURI STÁBILE, Ministro da Agricultura, Dr. CARLOS GERALDO LANGONI, Presidente do Banco Central do Brasil e ao Dr. OSVALDO ROBERTO COLIN, Presidente do Banco do Brasil. No sentido de que seja o feijão contemplado com a extensão Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, para mais dois (02) meses: julho e novembro, para que possa contrabalancear com o preço de custo da produção.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Considerando a nova sistemática de reajuste nos preços mínimos dos produtos agrícolas, tendo como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e tendo constatado que os mesmos não representam a realidade dos aumentos verificados nos fatores diretamente envolvidos com o custo de produção, especialmente da cultura do feijão, vimos perante Vossas Senhorias manifestar nossa insatisfação, bem como a insatisfação dos pequenos produtores, cooperativas e seus associados. No entanto, solicitamos junto às esferas competentes

no sentido de que seja o FEIJÃO contemplado com a extensão do INPC para mais 2 (dois) meses, JULHO e NOVEMBRO, embora achamos que a sistemática de correção pelo INPC, não seja a mais correta.

Transcrevemos aqui o trabalho elaborado pela equipe técnica da Cooperativa Agropecuária Capanema - COAGRO, referente ao preço mínimo do feijão, cuja colheita será iniciada

nos próximos dias.

Este trabalho nos fornece para tal dados baseada na Lista de Preços ao Produtor tendo como base de 30.10.80 a 30.10.81, onde se verifica a seguinte variação com o respectivo aumento em porcentagem:

	30.10.80	30/10/81	%
FERTILIZANTE FORM. 4-30-10 (SACA)	1.053,70	2.443,70	132
SEMENTE DE FEIJÃO (SC)	3.000,00	7.900,00	163
ÓLEO DIESEL (L)	17,30	50,00	189
TRATOR VALMET 68	720.000,00	1.620.000,00	125
PULVERIZADOR PJ-600	79.000,00	163.500,00	106
ADUBO FOLIAR 34-00-00 (L)	90,00	190,00	111
MANZATE - D (KG)	190,00	520,00	173
TRIFLURALINA (L)	320,00	780,00	143
BENLATE (KG)	1075,00	4.000,00	272
AZODRIN 40 (L)	300,00	300,00	100
ARRANQUIO(SC)	120,00	300,00	150
TRILHAGEM (SC)	100,00	300,00	200
HORA TRATOR	600,00	1.400,00	133

Portanto, se levarmos em conta a média geral destas variações, verificamos que houve um aumento médio de 155,36 por cento.

Em contrapartida os reajustes acumulados até o mês de setembro, aliados a um reajuste hipotético e otimista de seis por cento para o mês de outubro, nos daria um preço mínimo para o feijão de Cr\$ 3.782,12 por saca, que comparado com o preço de garantia do ano de 1980, ou seja Cr\$ 1.800,00 por saca, resulta num aumento de 110,11 por cento no citado período.

Isto demonstra a teoria de que está errada a correção pelo INPC, pois a mesma não condiz com a realidade, e é necessário encontrar uma solução para corrigir os preços de acordo com os custos quantificados no local da produção, isto a nível de produtor rural.

Comparando o reajuste com os aumentos verificados no custo da produção, nota-se uma grande defasagem que necessita ser corrigida em tempo hábil.

Desta forma, é necessário que se tome medidas urgentes, para que o produtor não venha a sofrer prejuízos, e continue a plantar, pois não terão incentivo algum para continuar a produzir, não vendo o seu trabalho recompensado, e a extensão do INPC para mais dois meses, julho e novembro, pouco irá resolver, mas será um estímulo, levando-se em consideração, que estes produtores irão verificar que realmente os órgãos governamentais responsáveis por uma política de preços justos, estão realmente voltados com os seus interesses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no § 2.º, do Art. 11 da Constituição Estadual, licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural no Canadá, no período compreendido entre 15 de novembro a 10 de dezembro do corrente ano, conforme convite.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

FIDELCINO TOLENTINO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no § 2.º, do Art. 11 da Constituição Estadual, licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural no Canadá, no período compreendido entre 15 de novembro a 10 de dezembro do corrente ano, conforme convite anexo.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 133/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido ao FREI NEREU JOSÉ BASSI, o título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" (pelos relevantes serviços prestados à coletividade).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

No Evangelho, disse Cristo: o Bom Pastor conhece as suas ovelhas e as ovelhas conhecem o seu pastor. Realmente, Frei Nereu conheceu profundamente as necessidades espirituais do povo que lhe foi entregue. Por isso, dedicou-se sempre de corpo e alma, cansou-se em mil preocupações no afã constante de conduzir seu rebanho a Cristo. Igualmente, suas ovelhas o conheceram fielmente. As almas cansadas pelo indiferentismo e sedentas de espiritualidade foram lhe bater à porta, e Frei Nereu sempre, cotidianamente, soube abri-la com zelo fraterno. Eis em síntese a sua vida.

Este grande homem de vida espiritual, nasceu em Walle del Rojale, Município de Reana, próximo à cidade de Udine, aos dezoito dias do mês de maio de 1916.

Tal região, possui língua, costumes e tradições bem características, distinguindo-se nitidamente das demais regiões italianas.

Seu pai, Luiz Bassi, comerciante e proprietário de boas terras, muito esperava de seu filho José, o qual nascera após longos anos de matrimônio.

A situação econômica da família era boa, estável, vindo, no entanto, a modificar-se no ano de 1926, quando um trágico incêndio destruiu a casa, a estrebaria e o depósito que continha os mantimentos, fruto de uma farta colheita.

Com o ocorrido, dissipou-se a coragem indomável do chefe da família, restando-lhe apenas a esperança em seus filhos e, especialmente, em José. Porém, quando este confessou-lhe a intenção de ingressar no sacerdócio, a ser missionário, o mundo, para o pai, parecia ter vindo abaixo.

Mas o menino José Bassi, com a ajuda de sua mãe, sobrepuôs todas as dificuldades e, finalmente, partiu para o Seminário dos Padres Capuchinhos, situado em Rovigo, a uma distância considerável de Udine.

Rovigo, Verona, Bassano, Padova, Udine, Veneza e Curitiba, foram cidades onde Nereu amadureceu a sua vocação e desenvolveu sua inteligência e personalidade.

Ainda estudante, nos idos de 1939, veio para o Brasil, mais especificamente a Curitiba, onde ordenou-se sacerdote na Catedral Metropolitana, pelas mãos de D. Ático Eusébio da Rocha, tendo na oportunidade como padrinhos, o casal Rodolfo e Elvira Bettega, pois em razão do conflito mundial seus parentes não poderiam comparecer.

Recentemente formado e ordenado, recebeu encargos pesados e de enorme responsabilidade, sendo enviado ao Estado de Santa Catarina, em Barra Fria (hoje Lacerdópolis), perto de Joaçaba.

Lá desempenhou, ao mesmo tempo, funções de educador, pastor, economista e orientador dos agricultores, e ainda, juntamente com seus pequenos seminaristas, semeava e colhia trigo, fazia vinho, abria estradas, construiu escolas e capelas, as quais inaugurava sem alarime. Convocou também uma congregação de religiosas para ajudá-lo no atendimento social, educacional e religioso do povo, na sua maioria imigrantes do Rio Grande do Sul.

Dos discípulos que trabalhavam com Frei Nereu, na ocasião, hoje 21 são sacerdotes, distribuídos por todo o Paraná e Santa Catarina.

Transferido para Congoinhas, Norte do Paraná, Frei Nereu, além de amparar espiritualmente o município, teve participação efetiva na fundação e consolidação de Nova Fátima.

Em Irati, como não poderia deixar de ser, desenvolveu brilhantemente sua função de missionário, terminando a Igreja Nossa Senhora da Luz, estendeu linhas de água, luz e telefone, adquiriu um terreno ao lado da Igreja, onde atualmente tem funcionamento uma Faculdade e ainda ajudou na construção do grandioso seminário "Santa Maria".

Novamente transferido, veio a Curitiba, onde intensificou as Associações Religiosas, aumentou o horário das missas dominicais, deu nova vida ao Bairro das Mercês onde foi vigário com festas populares inéditas. Iniciou a construção do prédio "Cine-Mercês". Juntamente com os Vereadores Milton Anselmo e Menotti Caprilhoni, conseguiu o rebaixamento e asfaltamento da Avenida Manoel Ribas, em frente à igreja e ao colégio.

Eleito Provincial dos Capuchinhos do Paraná e Santa Catarina, passou a residir em Ponta Grossa. Pôs em funcionamento uma tipografia, a qual, além de ser uma fonte de recursos, era também um meio de apostolado. Tinha na oportunidade como maior preocupação, o cuidado dos jovens vocacionados. Transferiu o noviciado de Lacerdópolis para um prédio novo em Siqueira Campos. Iniciou o funcionamento do Seminário de

Riozinho. Amortizou dívidas nas cidades de Ponta Grossa, Riozinho e Curitiba. Adquiriu terrenos em Ponta Grossa, Londrina e Curitiba, para fins eminentemente sociais.

Ainda na qualidade de Superior dos Capuchinhos, com vistas ao consolidamento da Família Capuchinha, organizou a Personalidade Jurídica da Comunidade Capuchinha. Com todo tato e diplomacia que lhe é peculiar, lutou para conseguir a autonomia e independência da Província de Veneza.

Terminado o mandato de Superior, foi enviado a Londrina, a fim de construir uma casa para os capuchinhos da "Capital do Café", conseguindo plenamente os seus intentos. Construiu a igreja dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, a escola e Creche Santa Rita, sendo que, todas as obras em alvenaria e no mais curto espaço de tempo, deixando a coletividade perplexa com toda a sua dinâmica de trabalho.

Estudioso de Debret, com vários cursos de Sociologia, Humanismo e Psicologia, Frei Nereu do Vale tomou conhecimento de obras notáveis quando visitou a Europa. Na Itália, inteirou-se do Plano Fantani, de assistência comunitária e habitacional. Ao ser transferido para Londrina, Frei Nereu sentiu o grave problema da favela que se intensificava na Vila Grilo, zona rural próxima à grande Londrina. Quando de sua viagem à Europa, especialmente à Alemanha, conseguia sensibilizar o governo alemão, que ofereceu-lhe recursos de toda espécie para atender o desfavelamento.

Graças ao auxílio do poder público e da comunidade de Londrina, em pouco tempo, antecipando-se ao plano do Banco Nacional de Habitação, Frei Nereu conseguiu, com a cooperação dos próprios favelados, construir aproximadamente 200 casas e fazer transferência dos primeiros moradores integrando-os à comunidade. Para completar os recursos de atendimento à população da vila, construiu igreja, creches, posto médico e escolas.

Hoje, graças ao gesto fraterno deste pioneiro, a favela desapareceu e a população, esquecendo sua dolorosa origem, integra-se efetivamente à sociedade de uma grande metrópole.

Digna de realce a colaboração espontânea do povo londrinense, liderada pelo Sr. Prefeito, Dr. Hosken de Novaes.

Cada morador da dita vila, recebia um terreno sobre o qual era construída uma casa, medindo 42m² com água, fogo, luz, dois quartos, sala, cozinha e banheiro na parte interna, tendo ainda um jardim na frente e uma pequena horta aos fundos.

Surgiram enfim, a Vila da Fraternidade, a Igreja, a escola, a Casa do Padre, a Casa dos Confrades Vicentinos e a Lavanderia Pública, idéia de João Milanez.

Foi Frei Nereu o idealizado, o assistente social, o sacerdote, o operário e acima de tudo, o irmão do irmão sofredor, o migrante, de todos os quadrantes do nosso Brasil, que em busca de melhores dias procurou Londrina, que foi e é, para todos, o "eldorado".

Os moradores e beneficiários pagam religiosamente suas mensalidades em cartório. Ninguém deixa de pagar. Até hoje, apenas dois moradores atrasaram um pouco, por motivo de doença e morte. A renda da casa é aplicada na construção de outras, sendo porém que os valores jamais se encontrem, e o déficit continua sendo compensado pelos auxílios do povo e das autoridades.

A população de Londrina não se esquece, e jamais vai esquecer esse trabalho pioneiro de desfavelamento, promovido pelo Frei Nereu.

Por ocasião do 32o. aniversário de Londrina, o Clube da Lady de Londrina, confere ao Frei Nereu do Valle o significativo título de Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados como idealizado dos trabalhos de desfavelamento de Londrina.

Em 1967, retoma Frei Nereu a Curitiba, assumindo a Paróquia das Mercês e direção do Ginásio São Francisco de

Assis e o Cine Mercês, intensificando as atividades com cursos de Moral e Cívica, de criatividade educacional, sempre aberto a todos e ministrado pelo Professor Filipelli, de São Paulo, além do Congresso Estadual da Ordem Franciscana Secular.

Uma grave prostração, juntamente com uma úlcera duodenal, fizeram com que Frei Nereu deixasse Curitiba para repousar em Campo Magro, Distrito de Almirante Tamandaré, lugar este sempre atendido pelos Capuchinhos, numa tradição de mais de 50 anos.

Já recuperado, Frei Nereu volta às atividades sociais e religiosas, e contando com a colaboração do Vereador de Curitiba, Menotti Caprilhoni conseguiu a intensificação das corridas de ônibus, que ligam Curitiba a Campo Largo, facilitando desta forma, a ida e volta dos trabalhadores, operários e diaristas. Dotou o colégio e a igreja com um poço artesiano. Junto ao Governador Paulo Pimentel, conseguiu a criação do Ginásio Estadual de Campo Magro. O Secretário da Educação e Cultura, Dr. Cândido Martins de Oliveira, enviou 30 instrumentos para a fanfarra.

O Secretário da Saúde, Dr. Arnaldo Busato, a pedido de Frei Nereu, instalou em Campo Magro, um Consultório Médico.

Com a ajuda da população e sem prejudicar as linhas arquitetônicas da Igreja de Campo Magro, agora iluminada com luz elétrica, reformou-se o telhado, refez-se o piso, todo ele em alabastro.

Construiu ainda o salão paroquial e a cancha de esportes, conseguindo a extensão de força elétrica em duas linhas.

Iniciou cursos de relações públicas.

Ultimamente, Frei Nereu iniciou e levou a termo, a construção da Casa Paroquial e o Seminário Família, respeitando o Seminário tradicional.

Esse Seminário Família, chamado por Frei Nereu de Mini-Pré-Seminário, visa incentivar a vida sacerdotal, mas sem qualquer pressão, onde os garotos que o freqüentam são hospedados pela Casa Paroquial, podem ficar com suas famílias aos sábados e domingos, dando a eles a oportunidade de desistirem se assim o desejarem.

Não se limitou, única e exclusivamente em dedicar a sua inteligência na promoção de um trabalho de evangelização, incutindo a sua mensagem de fé. Procurou sempre e bem, empregar os seus esforços na consecução de objetivos de grande alcance social. O Paraná jamais olvidará a sua ação. Buscou sempre a beleza das coisas e a nobreza dos sentimentos, pois são elas e a fé que confortam a alma, atenuam mágoas e pesares, consolam o coração e aperfeiçoam o homem.

Fez sempre nascer uma esperança, onde morria uma ilusão.

Ditosos aqueles que por onde passaram deixam algo de bom, algo de belo; esteiras de luz, ternas recordações, carinhosas lembranças, motivos de saúde que os farão sempre presentes.

PROJETO DE LEI Nº 134/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná, ao Sr. ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o projeto no qual buscamos conferir o título de cidadão paranaense ao Sr. Antônio de Campos Tapajós, forma de reconhecimento e gratidão que como representantes do povo do Paraná, devemos ao benquisto cidadão que, no alvorecer da idade, oito anos, aproximadamente, iniciou

sua luta pela sobrevivência sozinho no mundo, devido ter perdido seu pai em tenra idade, e ter sua mãe doente, adquiriu este caráter persistente e seguro, firme como uma rocha, com a diferença de ter conseguido atingir a quase todos os seus ideais profissionais na vida.

Sendo, os não ainda alcançados, graças à sua persistência invejável em todas as suas pré-determinações, os está perseguindo até alcançá-los. Apesar de só no mundo, provou, como ninguém, que nem sempre a educação familiar toma a pessoa melhor ou pior.

Sempre conduziu seu pensamento para o bem de seu semelhante, refletido ao observarmos seu trabalho e atos através de uma vida intensa de trabalho e sacrifício, que se nortearam exclusivamente para a generosidade, unindo colaboradores num único desejo — amar e servir, tomando-se sempre o centro da referência da comunidade.

Em plena adolescência, ou seja: com 14 anos de idade, chega a Curitiba o menino Antônio de Campos Tapajós, desembarcando na rodoviária com uma pequena mala, para aqui na Capital dos paranaenses, tentar a sorte.

Dentre as inúmeras atividades simultâneas, conheceu empresários e começou a estimulá-los para o fato de Transporte e Turismo, iniciando desde logo como representante da EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A.

Em 1943, recebeu convite para gerenciar a AGÊNCIA GERAL — Filial do Paraná. Nessa agência, em Curitiba, incrementou consideravelmente, estendendo-a de única representante da PENHA S/A para representante da REUNIDAS, PRINCESSA DO NORTE, EXPRESSO FLEXA DE OURO, EXPRESSO CURITIBA-BLUMENAU e outras empresas de ônibus da época, e atualmente já extintas ou expandidas.

Com sua auto-determinação, segurança nos atos, sejam quais forem as intempéries, persistência ou perseverança incommon personalidade e caráter inalteráveis, sejam quais fossem os problemas, o seu humor sempre mantendo-se constante, o fez um homem virtuoso e boníssimo, que costumamos encontrá-lo quase semanalmente percorrendo os corredores e gabinetes deste Parlamento, carregando sua tradicional maleta com aproximadamente 20 quilos de documentos, procurando sempre atender e solucionar todos os problemas que lhe são apresentados.

Em síntese, poderemos apenas sentir admiração por características, tão pouco presentes em tempos atuais.

Continuando sua amizade com empresários, sentiu-se estimulado o suficiente para também tomar-se empresário, e foi quando fundou a ESTAR - ESTAÇÃO TURÍSTICA AÉRO-RODOVIÁRIA LTDA, em 01 de maio de 1951 (Dia do Trabalho, uma vez que temos também neste homem um vivo exemplo do Homem Trabalhador).

Consideravelmente ele vem desenvolvendo sua Empresa de Turismo e Transportes, ao lado de sua esposa, Dona Darcy, que sempre o acompanhou colaborando e estimulando todos os seus empreendimentos; atualmente, desempenha com segurança a função de DIRETORA FINANCEIRA DA FIRMA, e sua filha, dona Marlene, que exerce com eficiência e dedicação o cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA DE VENDAS DA empresa, que gera mais de uma centena de empregos diretos e outro tanto indiretos, tomando sua empresa hoje uma das maiores do País, neste ramo.

Paulatinamente, nestes 30 anos adquiriu a representação de quase todas as empresas de ônibus do Brasil, conforme segue:

Empresa de Transportes Andorinha S/A.

Companhia São Geraldo de Viação.

Viação Umuarama Ltda.

Real Expresso Ltda.

T.T.L. — Transporte e Turismo Ltda.

Viação Motta Ltda.

Auto Viação São Cristóvão S/A.

Rápido Iguaçu S/A. Transportes Y Turismo.
 Nacional Expresso Ltda.
 Alimar S/A.
 Onda S/A. Organizacion Nacional de Autobusses S/A do Brasil.
 Centauro Transportes Rodoviários e Turismo S/A.
 Rápido Andrade S/A.
 Viação Cometa S/A.
 Viação do Sul S/A.
 Empresa de Ônibus Curitiba-Araucária S/A.
 Viação Ouro Branco S/A.
 Expresso Estrela Azul Ltda.
 Expresso Estrela do Sul - J. Araújo Cia. Ltda.
 Viação Dovaltur Ltda.
 Empresa Lapeana Ltda.
 Empresa Curitiba - Cerro Azul Ltda.
 Empresa Princesa do Norte S/A.
 Pluma Conforto e Turismo S/A.
 Expresso São Bento Ltda.
 Transpen - Transporte Coletivo e Encomendas Ltda.
 Empresa Auto Viação Catarinense S/A.
 Catarinense cargas e encomendas Ltda.
 Empresa Sul Americana de Transportes em Ônibus Ltda.
 Empresa Curitiba - Campo Largo S/A.
 Expresso Azul Ltda.
 Viação Garcia Ltda.
 Viação Piraquara S/A.
 Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A.
 Trans-Izaak Transporte de Passageiros Ltda.
 Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A.
 Cattani S/A. Transportes e Turismo
 Transrápido Cattani Ltda.
 Expresso Princesa dos Campos S/A
 Transportadora Princetur Ltda.
 Reunidas S/A Transportes Coletivos
 Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S/A.
 Viação Itapemirim S/A.
 Transportadora Itapemirim Ltda.
 Transamericana Transportes de Cargas Ltda.
 Arautur Turismo Ltda.
 Viação Graciosa Ltda.
 Real Transporte e Turismo Ltda.
 Empresa Viação Bonfinense Ltda, bem como das seguintes

companhias aéreas:

VASP - Viação Aérea São Paulo
 VARIG - Viação Aérea Riograndense
 TRANSBRAZIL S/A - Linhas Aéreas
 RIO SUL - Serviços Aéreos Regionais S/A
 TAM - Transportes Aéreos Regionais
 TAP - Transportes Aéreos Portugueses.

Além de representar quase todas as companhias aéreas, marítimas e ferroviárias, nacionais e internacionais e a serviço de: fretamento de veículos em geral, táxi-aéreo, locações, excursões em grupos e individuais, roteiros profissionais, etc., bem como a representação de hotéis do Brasil e reservas de hotéis em todo o mundo. Isto no ramo de viagem e turismo, sendo que no ramo de transportes/encomendas expressos e despachos, cargas, mudanças, atua com frota de kombis e camionetas próprias e de dezenas de caminhões para cargas e mudanças.

Conta com quatro agências de Passagens e Turismo, e três agências de Transportes, Encomendas, Expressos e Despachos, Cargas e Mudanças.

CURRICULUM VITAE

Na Capital, além de atuar como suplente da Diretoria do Sindicato de Transportes e Cargas, Conselheiro da Associação Brasileira de Agentes de Viagens - A.B.A.V., Presidente da

Comissão de cargas em ônibus do Sindicato de Transportes e Passageiros do Paraná, Sócio Fundador da SKAL Club do Paraná.

DADOS PESSOAIS:

NOME: - ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS

NATURALIDADE - Paraíba do Sul - Rio de Janeiro

Data de nascimento - 30 de abril de 1917.

Filiação - LUIZ MIRANDA REIS MONTEIRO TAPAJÓS
 DONA MARIETA AVELAR CAMPOS TAPAJÓS.

Estado Civil - Casado com Dona DARCY CARMEM SCHOENFELDER TAPAJÓS.

Filhos: - Dona MARLENE TAPAJÓS BARBALHO, casada com o Sr. Amaury José Barbalho, e como único neto, LUIZ ANTÔNIO TAPAJÓS BARBALHO.

Face à natureza desta propositura, e as considerações que o nosso homenageado tem suprido com grande mérito, a bem da verdade, tais motivos que nos levaram, para honra nossa a propor o presente, certo que contaremos com a adesão dos nobres Pares para o desígnio nele consubstanciado.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Em razão do requerimento aprovado por esta Casa e por se encontrar já neste Plenário o Sr. Dr. Guilherme Afif Domingues, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, bem como o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Dr. Reinhold Stephanes, esta Presidência designa uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias, Pinto Dias, José Tavares e Lázaro Dumont, para introduzir até a Mesa os ilustres Secretários do Estado do Paraná e do Estado de São Paulo.

Integra a Mesa, nesta hora, o Sr. Dr. Guilherme Domingos, Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Dr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Deputado Nilso Sguarezi, 2º Secretário da Assembléia Legislativa e Deputado Trajano Bastos, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, para fazer a saudação ao nosso convidado de hoje.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, permitimo-nos situar neste momento de grave crise econômica e de ambigüidade política de parte do Poder Central, mas também de grandes esperanças do povo brasileiro e daqueles que o representam nas instituições públicas, o reconhecimento de que o grande Estado de São Paulo é o ponto mais avançado na modernização empresarial e industrial e que dele se esperam contribuições decisivas para o desenvolvimento nacional.

A par dessa situação privilegiada no quadro nacional, sua administração acompanha os requisitos da produção com estudos, projetos, planejamento e programas de grande importância. E nem sempre é suspeitada a contribuição maior que a estrutura e a produção agro-pecuária têm dado ao desenvolvimento paulista. Condição e fator do progresso empresarial e industrial do grande Estado vizinho.

Talvez esses aspectos expliquem a grande expectativa de outros Estados, mormente do Paraná, pelo que existe de racionalização político-administrativa no interesse da agricultura e da pecuária em São Paulo.

Acresce o fato de que o Dr. Guilherme Afif Domingos, que nos honra com sua visita, tem propagado idéias e justificado programas de forte repercussão na economia de seu Estado.

Deles temos tomado conhecimento com grande interesse e julgamos muito benéfico que possamos tomar ao vivo o seu depoimento, de homem afeito à problemática rural e capaz de formular alternativas econômicas que não perdem de vista o

sentido social da produção.

Permitimo-nos, ainda, lembrar que a democratização das instituições, a par de sua independência e autonomia, é, em nosso entender, o centro da questão política brasileira, e encima do projeto de livre organização e determinação das forças sociais, que têm nas entidades econômicas, culturais e políticas os agentes construtores da nova sociedade que todos desejamos.

É forçoso reconhecer que as diferenças na estrutura da produção entre São Paulo e Paraná são muito grandes. Possivelmente, maiores do que as semelhanças, eis que nosso vizinho tem na produção industrial o seu principal suporte, enquanto entre nós essa participação ainda é pequena, chegando pelos 30% do valor global, e ainda assim com poucas atividades industriais de ponta, ou capazes de maior polarização econômica, agregação técnica e ampliação de empregos.

Há, no entanto, pontos comuns de interesse produtivo. Citemos, entre outros, o café, a cana e — como em todo o Brasil — a lavoura tradicional de alimentação dos brasileiros. E há, nesse emaranhado produtivo e técnico, a grande questão da racionalidade do planejamento agropecuário e sua compatibilização com os setores secundário e terciário, em um País que não pode prescindir da ação intensiva e intervenção do Estado na economia e na produção.

É claro também que, com humor, temos que fazer referência à substituição histórica da política café-com-leite pela atual, política café-com-leite e turismo, incluindo-se o Rio de Janeiro como parte do eixo econômico e político que concentra o poder econômico e por vezes aciona um poder político perante o qual até o autoritarismo central curva a cabeça. São Paulo além de exemplar em posição é um Estado politicamente muito forte e acatado não só por ser forte, mas por ser mais organizado e capaz.

Leva vantagem sobre seus outros dois parceiros de polarização nacional, talvez porque os mineiros sejam mais solidários no câncer apesar de terem conquistado participação decisiva no Governo Central. E porque os fluminenses sejam mais cariocas do que estaduais. São Paulo não dorme. Suas classes produtoras e agora também as trabalhadoras puxam as reivindicações locais e nacionais. E nós queremos somar à força dessas reivindicações...

Focalizando a questão do café, no entanto, queremos dizer que os produtores de nosso Estado estão aturidos pelas decisões do Governo Central, e atônitos com o que lhes parece a insanidade de destruir o parque cafeeiro do Sul, sob pretextos e justificativas inconsistentes, em favor de uma "nova ordem da cafeicultura".

Parece-lhes ter chegado a hora da resistência ao imediatismo, à circunstancialidade e ao autoritarismo ditado pelas autoridades responsáveis pela cafeicultura. Parece também ter chegado a hora de extinguir o Instituto Brasileiro do Café, sucedendo-o por organismo representativo da produção que possa remodelar nossa cafeicultura, sujeitando-se a uma política global do café, porém clara e objetiva nos seus propósitos de produção e comercialização.

São alternativas à presente situação de frustração e angústia, de verdadeiro caos no setor, que desejamos ouvir de Sua Excelência. Sua experiência na Pasta da Agricultura e do Abastecimento de São Paulo poderá ser muito proveitosa para nós.

Ao saudar e agradecer sua disposição de falar à Assembleia Legislativa do Paraná sobre assuntos tão importantes, queremos assinalar, ainda, que as diferenças entre partidos políticos e entre os representantes das instituições e poderes devem ceder em favor da formulação de propostas e políticas que atendam aos interesses das classes e da Nação. E especialmente que o Poder Legislativo deseja compartilhar das responsabilidades nas decisões, cumprindo seu papel no processo de redemocratização brasileira.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio para saudar Sua Excelência o Sr. Secretário, em nome deste Poder.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Dr. Guilherme Afif Domingos, digno Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, nosso amigo e Secretário Reinhold Stephanes, da Agricultura do Paraná.

Srs. Deputados.

Senhores e Senhoras aqui presentes.

É uma satisfação muito grande, eu, representante do Norte do nosso Estado, de uma região cafeeira, ter a honra da incumbência do meu Partido, em saudar o Sr. GUILHERME AFIF DOMINGOS, que nos visita hoje, para falar sobre o problema cafeeiro em nosso País, e, particularmente, no Estado de São Paulo.

Sou testemunha pessoal da atuação do Dr. Guilherme Afif Domingos, quando da realização, em Brasília, do memorável III Encontro Nacional da Cafeicultura, em que lá compareceram cerca de 6.000 produtores, e centenas de autoridades do setor cafeeiro.

E lembro-me muito bem que, naquela oportunidade, o Dr. Afif se manifestou em nome do Governo de São Paulo, fazendo uma declaração soberba, sem medo, e de um homem que realmente está enfrontado, preocupado e decidido a colaborar para uma solução deste grave problema que aflige a agricultura brasileira, particularmente a agricultura cafeeira.

Temos visto, Sr. Secretário, na região que representamos, nesta Casa, a preocupação e as dificuldades enfrentadas cotidianamente, pelos homens do café; nós sabemos que, historicamente, o nosso Estado do Paraná, e, particularmente, o nosso Norte do Paraná, teve uma contribuição decisiva no progresso do colosso de São Paulo, pois o nosso café, que foi e teve o seu esplendor na década de 50, sem dúvida alguma, teve uma participação preponderante para o progresso de São Paulo; o nosso café contribuiu decisivamente para que São Paulo, hoje, fosse o maior Estado da Federação, e tivesse o maior Parque Industrial da América Latina.

Mas, nós precisamos, Sr. Secretário, unir nossos esforços, unir nossos Estados, que são ligados, historicamente, por laços indeléveis; e precisamos, unir, sobretudo, para defender o agricultor, que tem sido expoliado, tem sido massacrado pelo Governo Federal, numa política cafeeira incompatível com o café, incompatível com o peso-café na balança de pagamento nacional.

Precisamos, realmente, decidir que este País tem prioridade agrícola e que o café, nessa prioridade tem, sem dúvida alguma, participação muito expressiva.

Em nome do PDS, quero dizer a Vossa Excelência que temos muita satisfação em recebê-lo em nossa Casa. E que Vossa Excelência leve também ao Governador Paulo Salim Maluf o nosso voto de aplausos por ter numa das mais importantes Pastas de sua administração um homem, que para orgulho meu, da minha geração, um homem que está dando, sem dúvida alguma, ao Governo de São Paulo, um destaque especial no campo da agricultura e do abastecimento.

Aproveito também para, em nome desta Assembléia, dar as boas-vindas ao Dr. Guilherme Afif Domingos, ao Dr. Rui Miller Paiva, Assessor Especial do Sr. Secretário, ao Dr. Natanael dos Anjos, Diretor do Instituto de Economia Agrícola, ao querido amigo Dr. Renato Ticoulat, Presidente da Sociedade Rural Brasileira e ao Dr. Thércio Gonçalves, Assessor de Imprensa.

A todos, nossas boas-vindas e que possamos, Sr. Secretário, ter aliados Paraná e São Paulo, na defesa pelo cafeicultor e pelo café do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Acompanha o Sr. Secretário, nesta sua visita à Assembléia Legislativa do Paraná, o Dr. Rui Miller Paiva, Assessor Especial do Sr. Secretário; o Dr. Natanael M. dos Anjos, Diretor do Instituto de Economia Agrícola; Dr. Renato Ticoulat, Presidente da Sociedade Rural Brasileira e o Dr. Thérício Gonçalves, Assessor de Imprensa.

Esta Presidência tem a grande honra de convidar Sua Excelência o Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Afif Domingos, para proferir palestra sobre "Cafeicultura no Estado de São Paulo".

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Excelentíssimo Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

Excelentíssimo Dr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná e nosso companheiro e aliado em todas as tarefas e batalhas da Agricultura;

Excelentíssimo Deputado Trajano Bastos;

Excelentíssimo Deputado Nilso Sguarezi;

Excelentíssimos Deputados Fiori Luiz e Gabriel Sampaio, a quem agradeço a gentileza das palavras que recebo sinceramente como incentivo, para que possamos continuar na nossa empreitada à frente dos destinos da Agricultura do Estado de São Paulo.

Gostaria também de saudar a todos os Srs. Deputados que compõem esta Assembléia Legislativa, bem como ao meu companheiro de São Paulo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat, que nos honra com sua companhia, neste dia; aos meus companheiros de Secretaria de Agricultura, Dr. Rui Miller Paiva, Dr. Natanael Miranda dos Anjos, Dr. Tércio Gonçalves; minhas senhoras; meus senhores.

Aceitei com imensa satisfação mais esta oportunidade de estar no nosso querido Estado do Paraná, para um contato, desta vez, com o Poder Legislativo, pois os contatos com o Poder Executivo através do meu companheiro Reinhold Stephanes têm sido uma constante, na busca de soluções que realmente tragam luzes para os sérios problemas das agriculturas em nossos Estados. E esta oportunidade, para nós é de extrema importância, pois, tenho um ponto de vista bastante claro com respeito aos destinos da nossa política como um todo.

Já disse o nosso Presidente em exercício, Dr. Aureliano Chaves, que, cabe aos técnicos cumprirem missões definidas, e cabe, ao político, definir estas missões. Portanto, estar na Casa de Leis, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, significa um debate franco, um debate sincero, um debate muito claro e muito acima de qualquer interesse de siglas partidárias, porque, aqui, nós estamos tratando da política como um todo. Estamos tratando com os políticos, nós não estamos tratando com os partidos, estamos buscando, nesta Casa de Leis, o encontro da verdade e a verdade não tem partido. Queremos, exatamente, dentro desta discussão franca, onde usarei a palavra para dizer alguma coisa daquilo em que eu acredito, e gostaria demais de ouvir também, muita coisa daquilo que os senhores acreditam, pois, sinceramente, estamos muito longe de nos considerarmos donos da verdade. Estamos buscando a verdade, e, este debate é muito importante, pois temos na própria abertura política, um Poder Executivo em permanente contato com os Poderes Legislativos, ao lado de um Poder Executivo de um Estado irmão nos submetermos a um debate claro a respeito destes nossos problemas. Mas, antes de abrir o debate, nós vamos procurar analisar causas, pois infelizmente, o que nós temos assistido nos dias de hoje, é que os debates estão muito calcados sobre efeitos de determinadas coisas, e, as soluções, vindo sobre efeitos, são, normalmente, soluções que não atacam a raiz do problema, e a discussão da causa é o mais importante, a busca na história, das causas dos problemas que enfrentamos hoje, atacar causas, ir na raiz da história, analisar um pouco a história, e, esta busca da história, sem dúvida vai nos

colocar numa posição muito igual, o Estado do Paraná e o Estado de São Paulo, na sua própria história de implantação de conquista, baseada no processo da agricultura, e, o Estado de São Paulo que será o objeto da minha análise, a verdade histórica do Estado de São Paulo pode e muito, ser coincidente com a verdade histórica do próprio Paraná; e a verdade histórica do Estado de São Paulo, um Estado que se construiu a partir da agricultura, e tudo que nós temos hoje, nós devemos à agricultura, tomou-se um Estado industrializado. Portanto, temos um próprio modelo de agricultura como base, e, um posterior processo de industrialização que foi feito de modo muito abrupto, muito rápido, criando enormes distorções, e é exatamente a causa dessas distorções que eu gostaria de discutir com os Senhores no dia de hoje.

Indo à raiz da história, nós vamos ver que o nosso Estado, o Estado de São Paulo, tem no café, toda a base econômica, social, política, pois foi o café, como ciclo de riqueza no Estado de São Paulo que criou um novo pacto social, já que está tão em voga a palavra "pacto social"; foi através do café que se criou um novo relacionamento entre o dono da terra e aquele que trabalhava na terra, logo após a abolição da escravidão.

Isto tem uma importância histórica muito grande, pois as regiões que se fizeram nos silos agrícolas, na época da escravidão, até hoje o perfil social e econômico não mudou muito. Não existiu este pacto social que nos trouxe o pluralismo social, político e econômico que nós experimentamos nos dias de hoje.

E foi o café, importando mão-de-obra que foi rasgando as nossas fronteiras; foi o café que ao passar levou infra-estrutura e vamos tirar o chapéu para os governantes do início do nosso século, pois em nosso Estado, a Secretaria da Agricultura que tenho a honra e o privilégio de poder dirigir nos dias de hoje, se chamava Secretaria da Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas. É a terceira na ordem de criação. A primeira, Justiça e a segunda, Fazenda.

E o porquê que ela tinha toda essa denominação? Porque o Governo dava subsídios para a agricultura, a partir da infra-estrutura, esta infra-estrutura tão importante no processo agrícola. Com a abertura da linha de frente do café, lá estava a ferrovia, com a abertura da linha de frente do café lá estava a comunicação, através da rede de correios e telégrafos; com a abertura da linha de frente do café, lá estava a armazenagem, lá estava a implantação de cidades, e tudo voltado para a política de escoamento da produção agrícola.

O Estado investia no principal subsídio e para mim, os principais subsídios na agricultura se chama pesquisa, ensino, extensão e a base de infra-estrutura e vamos ver no final do século passado a criação do Instituto Agrônomo, que é a base de todos os institutos agrônômicos existentes no País. Era o Estado investindo no conhecimento tecnológico em termos de agricultura. Temos o Instituto Biológico que data do início do século. Temos o Instituto de Zootecnia que era o embrião do Departamento de Produção Animal do início do nosso século.

Temos o Serviço Florestal do Estado, hoje Instituto Florestal do Estado que data de fins do século passado. Temos a rede de extensão atual da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que é a única que não está dentro da denominação das Emateres que se chama CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral — é o serviço de extensão que data do início do século.

Naquela época, o Estado investia em outra coisa importante para a agricultura, que é o setor de ensino e quem não conhece no Brasil a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, de Piracicaba, que pertencia à Pasta da Secretaria da Agricultura. Toda a rede de colégios técnicos agrícolas, pertencia à Pasta da Secretaria da Agricultura. Portanto, a política toda ela

estava voltada para o enfoque agrícola e todas bases de infra-estrutura e o Estado investindo firmemente nesta infra-estrutura de preparação de gente na infra-estrutura de conhecimento tecnológico e na infra-estrutura de repasse do conhecimento tecnológico para o agricultor.

Veja bem minha gente, tudo isso no século passado e era o café, sim senhores, o café sustentando toda essa estrutura básica de subsídios e em 1929, nós temos a crise que fica na nossa memória, uma crise que demonstrou e demonstra os perigos da monocultura no campo da exploração agrícola.

Nós extremamente dependentes daquela riqueza, sofremos um abalo muito sério e já então, aquela estrutura que o Estado investiu, já respondia em termos de conhecimento tecnológico e surge em 1934 a implantação de um sistema que, até hoje, perdura como sistema integrado, organizado da produção da parte genética, cujo contingente genético já tem até a classificação do produto final, que foi a introdução da cultura alternativa do algodão para evitar a monocultura do café, e o algodão foi implantado desde a semente até o sistema de classificação do produto industrializado. Isto data de 1933.

Portanto, já dávamos lições de como fazer política de base para o processo da agricultura. Já dávamos lições de conhecimento tecnológico voltado para o processo da agricultura, e foi assim que nós crescemos, depois de 1933 já com a opção da monocultura do café, que era a cultura do algodão. Mas o café, como era ele que abria as frentes de trabalho, era o café que empregava a mão-de-obra, a produção de alimentos se equilibrava nas alternativas de diversificação, nas agriculturas de subsistência e lá estava a produção do arroz, do feijão, do milho. A produção do feijão, do arroz, sempre se procurando intercalar as culturas de café. O milho como cultura de subsistência, consorciada com a produção de feijão em muitas das vezes, porque se plantava milho consorciado com o feijão, aquele milho nem saía da roça. Ele já ficava lá para engordar porco. Hoje é suinocultura. Está mais bonito o termo, mas era para engordar porco, engordar galinha. Tínhamos os pomares diversificados, tínhamos as hortas, então a força de produção que produzia o café, produzia a própria alimentação de subsistência e a alimentação de subsistência era trocada na cidade por aquilo que nós não produzíamos na lavoura, que era querosene, sal, açúcar.

Sei bem a história porque meu avô foi um mascate do início do século, abrindo linha de frente do café na região Mogiana e depois se tornou comerciante na cidade e lá ele promovia esse tipo de troca de arroz, feijão por querosene, sal, açúcar, regime este que perdurou até não muito tempo atrás. Mas antes o café também atraiu capitais ingleses e canadenses. A abertura das nossas ferrovias, foi com este capital inglês e canadense atraído e estes capitais ingleses e canadenses, enxergaram uma outra riqueza entre nós, era a riqueza do potencial hidrelétrico.

Foi na implantação das pioneiras usinas geradoras de eletricidade, no Planalto de São Paulo, aproveitando o desnível entre o Planalto e o Litoral, que ali criamos um embrião de um processo de industrialização, criando a base energética do Planalto.

E ali com a produção de eletricidade, logo após a crise de 29, onde grande contingente daquela mão-de-obra importada, principalmente italianos, que atendendo até a vocação histórica do seu próprio sangue, ingressou no processo de industrialização primitivo, ainda artesanal, incipiente que era a pequena empresa industrial, que demandava o Planalto pela abundância de energia elétrica ali gerada como energia de base, e foi este embrião, com um fato externo, em 1939, que foi a guerra, que explodiu o maior parque industrial da América Latina. Foi com a guerra que nos deu esta base de crescimento do nosso parque industrial. E este parque industrial de 39 a 45, se nós tínhamos um embrião, ele se tornou uma base de um parque industrial e, com a guerra, nós que éramos um País

meramente exportador de produtos agrícolas, — lhes dou até um percentual em 1950 da dependência só do café na nossa balança comercial; significava 64% das nossas divisas.

Portanto, no término da guerra, se nós importávamos tudo que consumíamos em termos de bens de consumo e compen-sávamos com a exportação de produtos agrícolas, terminamos a guerra com uma situação de balança de pagamento extremamente favorável. Porque continuamos a exportar o produto agrícola e substituímos grande parte da importação com a produção nacional da nossa recém-criada "indústria do tempo da guerra". E aí a partir de 1950, escolhemos como política de desenvolvimento para o País, baseado inclusive no sucesso da nossa própria balança de pagamentos em termos da substituição de importações, um processo de industrialização que veio a galope.

Mas gente, se em agricultura tínhamos toda aquela base de tecnologia que estava sendo investida, investida num trabalho de muitos anos, num trabalho, num investimento do homem, na pesquisa científica, no conhecimento das nossas coisas, em matéria de industrialização e em tecnologia, nós éramos absolutamente, jejuns. E aí, abrimos a imensa lacuna que era a dependência externa da importação de tecnologia. E a partir daí minha gente, uma a uma daquelas indústrias nacionais de grande porte que se tomaram grandes indústrias nacionais, de 1950 em diante, foi passando para as mãos dos que detinham o poder da tecnologia. Ou seja, a importação dos modelos tecnológicos, acompanhado não de capital de risco e sim de capital de empréstimo, comprando uma a uma daquelas indústrias nacionais que aqui estavam instaladas.

Tivemos um crescimento constante da presença da dependência da tecnologia externa acompanhada por processo de industrialização. E toda nossa prioridade foi sendo dada ao próprio setor industrial. E aí minha gente, começam as agruras da nossa agricultura. Se nós tínhamos domínio tecnológico no campo da agricultura e não o tínhamos no campo industrial, a moderna indústria trazia também no seu bojo tecnológico, conquistas tecnologicamente importantes no uso do insumo moderno na agricultura. Dominávamos bem sim, a parte até da estrutura genética de desenvolvimento de tipo de plantas e até de animais. Mas, no campo do domínio do insumo moderno, do fertilizante derivado de petróleo, nos defensivos em grande parte derivados de petróleo, do equipamento a ser utilizado na agricultura, então, nós para implantarmos um sistema industrial moderno na construção da indústria de insumo voltada à agricultura, começamos a deixar de fazer política de desenvolvimento agrícola e ingressamos numa política de venda de insumo moderno para a agricultura.

A cada dia mais aquele pacote tecnológico, e não estou criticando quem tem o pacote tecnológico, porque ele também é importante para o processo agrícola. O que eu estou criticando é que nós deixamos de fazer política à agricultura. E aí nasce aquela história do "juro zero" para poder introduzir tecnologia de insumo moderno para com o agricultor que normalmente é aquele carente, porque aliás até é bom manter a agricultura como assistência social, porque é mais fácil para vender o peixe com juro barato.

E aí minha gente, veio o setor, por exemplo de fertilizantes provando por "a" mais "b" verdade, não é mentira, que a fertilização era muito importante para o solo e ganhos de produtividade. Mas nós precisávamos de uma política voltada a fertilizantes. E aí nasce a história do juro zero, para vender fertilizante para o agricultor.

Aí vem a turma do calcáreo e fala, mas o que adianta vender fertilizante para o agricultor se nós não promovermos a correção do solo, com o calcáreo. Também é outra verdade, é verdade, é positivo, então nós precisamos também uma política de

venda de calcário a juro zero, para poder absorver a tecnologia da venda do fertilizante.

Aí vem a turma do defensivo, e diz: puxa vida, um País tropical como o nosso, nós temos sérios problemas de praguejamento, enfim, precisamos através dos defensivos modernos combater as pragas e também não é mentira. Então vamos fazer uma política para a venda destes defensivos. E vai mais juro zero e aí começa a nascer essa história de valor básico de custeio, exatamente voltada para a venda destes insumos para o agricultor.

Aí vem o pessoal de tratores, máquinas e equipamentos dizendo que país desenvolvido, aí mostra aquele estudo de viabilidade deste tamanho escrito em inglês, tem que ter X tratores por hectare, para atingir um ponto de desenvolvimento na agricultura. E aí nasce outra política, outro pacote de venda de equipamento para o próprio agricultor a juro subsidiado em nome de que nós devemos vender X tratores por hectare. Uma política voltada para vender trator, equipamentos e colhedeira. Não vamos dizer que isto não seja importante para a agricultura. É também, mas a política foi feita porque quem tinha que vender. Feito o pacote e vejam quanto custa um trator, uma colhedeira, quanto custa o fertilizante, quanto custa o defensivo, quanto custa o calcário. São investimentos altíssimos que repassados pelo nosso sistema financeiro aí vem o banco e fala: olha, como é que eu fico nessa situação?

Estou aqui financiando uma enorme massa de investimentos que vai até este agricultor que não me dá garantia alguma, porque se não chover vinte dias está tudo perdido. Como é que eu faço?

É, tem razão, nós precisamos dar uma cobertura para o banco. E aí nasceu o PROAGRO, para cobrir o banco, em toda a venda destes insumos para o próprio agricultor.

E aí gente, foi esta política agrícola e eu assumo a responsabilidade sobre o que estou dizendo, porque provo. Provo, não porque estou criticando, e quero deixar bem claro, quem foi vender o peixe. Acho que foram excelentes vendedores, porque inclusive demonstram o seu alto grau de organização na venda do seu próprio peixe.

Agora, eu pergunto: e a política de aplicação racional, em termos desta política para ocupação de solo acompanhando a infra-estrutura? Vocês devem ter visto aí pela televisão o problema no Brasil Central de uma grande colheita de arroz que está se perdendo ao relento por falta de armazenagem ou de transporte que a política de preço mínimo vai lá, compra, e aí eu pergunto: e para tirar de lá? Bom, isso já é problema do Governo, já não é mais nosso.

Mas aquele arroz que está se perdendo já está vendido o fertilizante, já está vendido o defensivo, já está vendido o pacote de máquina, já está garantido, e eu pergunto: e a rede básica de infra-estrutura para fazer face a esta produção? Vocês esqueceram que a política de crédito rural ela não distingue os aspectos regionais. Quem quiser crédito para plantar, planta. Agora, se há estrada para tirar, isso nós não vamos ver. Se há armazém para armazenar, isso nós não vamos ver.

E vejam que o início do nosso século e eu respondo pelo meu Estado, nós tínhamos esta preocupação porque até a política da agricultura é feita uma política de infra-estrutura conjunta para acompanhar um processo. Havia uma política.

Ora, minha gente, são trinta anos que nós tivemos de uma política de industrialização. E eu gostaria do meu Estado, já que existe tanto apoio assim para a agricultura, com tantos recursos subsidiados para a agricultura e esqueci de lhes transmitir outro aspecto. Temos aí uma indústria muito importante, e que eu tiro o chapéu para a nossa tecnologia dentro dessa indústria, que é a fabricação de aviões nacionais.

Mas até avião da EMBRAER está dentro do crédito agrícola, minha gente, com subsídio para o agricultor comprar este avião.

Estes aspectos nos demonstram que as coisas foram montadas ao contrário, porque a agricultura passou a ser um ponto de interesse de venda, mas não um ponto de interesse de organização da produção. E eu pergunto: quais foram as culturas que absorveram a moderna tecnologia?

Foram todas aquelas que eram destinadas ao processo de exportação; porque tinha uma coisa chamada preço no mercado internacional. Aquilo que não teve preço no mercado interno, na verdade, não chegou a absorver esta tecnologia. Por isto que nosso País hoje exporta do canhão ao avião, mas de quando em vez importa o milho, o arroz e o feijão.

Portanto, gostaria de lhes mostrar o que aconteceu em meu Estado, em termos de desenvolvimento de política agrícola.

(Demonstração por "slides". Comentários).

Aqui é um trabalho dos mais sérios, feito pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que é um levantamento aerofotogramétrico da situação da ocupação agrícola no Estado de São Paulo, de um vôo realizado em 1973.

Gostaria de lhes mostrar, vou mostrar com mais detalhes nas regiões. O que está em amarelo são culturas anuais, ou semi-perenes. E o que está em mais escuro, são culturas perenes, no caso o café, laranja. Gostaria de lhes mostrar que a região tradicional nossa, de café, praticamente teve uma alteração no perfil de cultura; porque a região nossa tradicional, básica, no início do século, era a região Mogiana. Foi rapidamente substituída pelas culturas modernas, destinadas à verticalização da política industrial. Basicamente, a cana-de-açúcar.

Quero até, para comprovar a minha tese do domínio da tecnologia, que o único setor agro-industrial que é 100% nacional, com tecnologia própria, é o setor da cana-de-açúcar; porque neste temos tradição de tecnologia há muitos anos. O que não temos tradição, geralmente, estão sob o domínio das multinacionais.

Tivemos uma alteração do perfil de ocupação agrícola destas regiões e, ao mesmo tempo, naquelas outras regiões que foram ocupadas com a agricultura do café, ao invés de ter uma alteração do perfil de cultura, tivemos em verdade um esvaziamento da agricultura. Perdemos culturas de café, culturas de algodão, por pastagens extensivas. Pastagens extensivas estas no Oeste do Estado de São Paulo. Hoje ainda temos seis milhões e meio de hectares de pastagens extensivas. Somente que pastagens extensivas com ferrovia na porta, com rede de armazenagem ociosa, com abundância de eletricidade, com DDD e DDI na comunicação telefônica, enfim, toda a infra-estrutura montada. E tivemos um violentíssimo êxodo rural.

Gostaria de mostrar por região o que aconteceu.

Aqui está a região de Campinas, em 73, vocês estão vendo uma ocupação agrícola amarela e poucos pontos pretos, portanto o café, em Campinas, tivemos uma redução violenta. O que estão vendo mais clarinho são pastagens e que hoje, em grande parte, já estão ocupadas, ou por laranja, ou por cana-de-açúcar.

Aqui é a região de Ribeirão Preto, que é região de maior ocupação agrícola no Estado de São Paulo. Vocês vejam que ainda há uns pontos pretos, que é o remanescente de café na região de Ribeirão Preto, grande parte já substituídas por culturas anuais ou semi-perenes.

Vamos em frente. Aqui a região de Bauru, vocês vejam ali uma grande concentração amarela que é basicamente a cana-de-açúcar e uma grande parcela também ainda de café. Mas esta é a trilha de Bauru que vocês começam a perceber. Começa a existir um enorme claro na ocupação agrícola, para cima, na região de Bauru.

Região de Marília que faz limite com o Estado do Paraná, aqui já o início da integração soja-trigo, a mesma tendência do norte do Paraná e na parte superior, nós vemos na região de Marília, o início do espigão, da alta paulista, onde nós mantemos

grande parte da estrutura cafeeira do Estado de São Paulo.

Aqui, a região de São José do Rio Preto, onde demonstra um grau de ocupação agrícola, no limite de Ribeirão Preto e aí a região da alta araraquarense, a estrada de ferro, onde ainda remanece uma boa parte da posição do café, no Estado de São Paulo, mas, aqui no oeste, na parte de cima, perto do Rio Paraná e no limite com o Rio Grande, com a política de implantação das grandes hidrelétricas, o que nós tivemos, foi uma grande erradicação de culturas ali na região de São José do Rio Preto, onde nós tivemos a substituição de culturas por pastagens extensivas e o mais importante, na beira de lago de energia, com bastante água.

Araçatuba é um pasto só. Vocês vejam nos grandes claros de uma região de pecuária extensiva com toda a infra-estrutura. Aqui ainda há um pouco, o remanescente da posição de café aqui em baixo, mas muito pouco e o que vocês estão vendo de culturas amarelas, todas elas, em grande parte foram erradicadas na última década, se tomando uma região de maior concentração de pastagens do Estado de São Paulo.

Idem, na região de Presidente Prudente. Aqui está o Estado do Paraná como limite. O que os Senhores estão vendo em manchas amarelas, em grande parte foi também, substituída por pecuária extensiva, ou seja, diminuição de lavoura, a entrada do boi. E o espigão ainda se manteve como um espigão de produção de café e diversificação de cultura, aqui é a última parte da conquista do café, que é a nova alta paulista e a alta paulista encostando nos limites do Rio Paraná.

Ainda se mantém esta estrutura de cafezais no Estado de São Paulo.

Agora, gostaria de lhes mostrar o quadro do censo de 1950, comparado com 1960, comparado com 1970 e 1980, no Estado de São Paulo.

O amarelinho, 1950; o laranja, 1960; vermelho, 1970 e azul, 1980.

Vamos começar pela região de Presidente Prudente. Perdeu população, mas, não é perda por êxodo rural, não, é êxodo rural mais êxodo urbano, ou seja, todos os municípios nesta região perderam população realmente.

Araçatuba, a mesma coisa. São José do Rio Preto, um ligeiro crescimento, mas, os Senhores viram que São José do Rio Preto é uma parte ocupada e uma parte desocupada.

Ribeirão Preto teve um crescimento, ou seja, conseguiu absorver o êxodo da modernização agrícola na própria região, portanto, mantendo um grau de densidade populacional, porque Ribeirão Preto se industrializou na proporção da própria mudança da agricultura, teve capacidade de retenção. Bauru não teve e Marília também não.

Campinas, crescimento urbano. Mas, este crescimento urbano de Campinas já é um grande inchamento urbano com a criação das próprias favelas urbanas.

Sorocaba cresceu pelo processo de industrialização. Vale do Paraíba cresceu, litoral cresceu.

Agora, os Senhores por favor, olhem aquele quadro, porque, não cabe, São Paulo e Grande São Paulo.

Vejam o que aconteceu, de 50 até 1980. Vejam a absorção de população. Vejam o gigantismo de uma megalópoli que hoje é uma das cidades que apresenta um dos maiores índices de problemas sociais do País. Onde ali está a favela urbana, grupo próprio êxodo rural.

Êxodo rural este, que não só foi absorvido pelo êxodo rural interno do Estado de São Paulo, como o êxodo rural de outras regiões do País.

E aqui também, absorveu uma parcela do êxodo rural

do Estado do Paraná, com a mudança na década de 70, da cultura do café no Norte do Paraná, pela substituição por culturas modernas mecanizadas que teve uma liberação de um grande contingente de mão-de-obra.

Portanto, nós estimamos que na década de 1980 os centros urbanos de São Paulo acabaram absorvendo, me parece, quase que dois milhões de pessoas em grande parte oriundas do Estado do Paraná, basicamente do êxodo rural.

Portanto, aqui está o quadro, aqui está uma demonstração da distorção do nosso próprio desenvolvimento. E esta tendência da falta de uma política voltada para a própria agricultura vai atingir o café em cheio, porque, no Estado de São Paulo, a única cultura que se mantém segurando o homem no campo, é a cultura do café, por ser uma cultura parece, porque, a substituição da cultura de café, por cultura anual, ou semi-anual, muda completamente o perfil. E a nossa grande preocupação é a entrada da cana, porque, na verdade, o programa com maior prioridade foi um programa de energia, pois foi comandado pelo interesse daquele que fabricava o automóvel dentro do grande centro.

Foi o único programa de apoio à agricultura.

E dentro desta integração no PROÁLCOOL, o que nós começamos a experimentar no Estado de São Paulo, foi o avanço da cana, em cima daquela base de outras culturas de alimentação na região tradicional, o que nos levou a fazer um zoneamento agrícola, cujo zoneamento agrícola eu levei como solução para os nossos problemas para o Governo Federal, e nos tornamos a primeira Secretaria de Agricultura do País, a ter poder de veto na implantação de novas destilarias de álcool, criando a região prioritária da expansão da cana-de-açúcar, para o Oeste do Estado de São Paulo, naquelas regiões onde temos terra sobrando, onde temos 6 milhões e meio de hectares de terras ociosas, com pecuária extensiva, com um programa seriíssimo de erosão de solo, fazendo com que a cultura da cana seja geradora de emprego, aqui, onde está a pecuária, porque se ela me entra nas regiões de cafeicultura, nós teremos não a geração de emprego, e, sim, a geração de desemprego.

Mas, se ela me entra nas regiões de pastagens, eu estou levando frentes de trabalho nestas regiões que estão com problemas seriíssimos, além de levar a solução para a correção do próprio solo.

Para os Senhores terem uma idéia: para uma meta de 10 bilhões e 800 milhões de litros, se o Estado de São Paulo tiver que responder com 50 por cento dessa meta, só a ocupação de 12 por cento das pastagens do Oeste, me faz com que eu possa gerar emprego na linha de frente, sem estragar a estrutura do que lá existe.

Foi o primeiro passo em termos de racionalização, porque não existia nenhuma racionalização dentro do processo. porque: prioridade é cana, vamos dar apoio à cana, pode entrar na região de café, vamos erradicar, e vamos provocar mais êxodo rural, e aí vem o BNH com mais dinheiro, para poder fazer mais favela urbana, porque, hoje, nas políticas de administração dos municípios, estamos atacando os efeitos, nós não estamos atacando as causas, porque não há uma política de ocupação da área agrícola, via Estado e via o próprio município, porque ficamos fora do processo, porque quem traçou a política à agricultura, nos últimos 30 anos, foram aqueles que tinham algo a vender à própria agricultura.

Portanto, gostaria de, na sequência do debate, poder responder a todas as questões e a todas as dúvidas, inclusive sobre vários outros programas que temos aí implementados, principalmente na racionalização e na modernização da agricultura de

subsistência, utilizando fortemente a irrigação.

Mas, como a grande preocupação aqui do Paraná é quanto a política do café, gostaria de lhes trazer algumas posições, que são posições nossas, pessoais, que também consubstanciam a posição do Governo do Estado de São Paulo, que é a respeito da atual conjuntura da política cafeeira entre nós.

Em primeiro lugar, acredito que o IBC já cumpriu a sua missão, sinceramente. Justificaria-se uma estrutura como a que nós temos no IBC, se nós ainda tivéssemos no café o responsável por 64 por cento das nossas divisas cambiais.

Hoje, com a diversificação da pauta de exportação, o café representa a estimativa inicial deste ano, cerca de 10 por cento.

E o que aconteceu com essa política de guarda-chuva, com essa política de controle de mercado, nos últimos anos?

O que aconteceu é que acabamos, a partir dessa política, viabilizando os nossos próprios concorrentes. Está aí a própria Colômbia para demonstrar que ela deve estar, hoje, para o café, na mesma situação que estávamos em 1950, ou seja, dependendo basicamente da conta-café para o seu equilíbrio, em termos de balanço de pagamentos.

Agora pergunto: por que a manutenção dessa política protecionista de elevação de preços, no mercado externo, se a grande massa produtora que é o agricultor, é o que menos recebe dentro dessa mesma política?

Vamos calcular, hoje, ao preço de café a Cr\$ 21.000,00 a saca, cotação do café no mercado internacional, cotação esta do final do mês, de 140 cents a libra-peso. Desses Cr\$ 21.000,00 a estrutura, com o preço de garantia de dez mil cruzeiros, o agricultor está recebendo a ordem líquida de, mais ou menos, 7 mil e 600 cruzeiros. Entre confisco e ICM, teremos por volta de, mais ou menos, 7.000,00. E o restante é o lucro do exportador e mais os custos de despesa de frete, seguro, enfim da venda CIF.

Se olharmos a repartição do bolo, entre os riscos corridos, estamos vendo que a política de sustentação de preço, no mercado internacional, ela acaba beneficiando muito pouco o próprio produtor e fazendo com que, a cada dia mais, perdêssemos nossa posição em termos de quem ditava regra no mercado internacional do café.

Hoje, urge a extinção do confisco, a substituição desse confisco por um imposto de exportação, como temos com a soja, como temos com a laranja. Por que um tratamento diferente?

Em segundo lugar, a diminuição dessa margem de preços, no mercado internacional, pode significar a expansão de nossas vendas de café, deslocando nossos concorrentes, sim, porque política externa para café fazemos com agressividade do vendedor e não com diplomacia.

Estamos fazendo, nesta política de amarramento, muita diplomacia com o café. Mas, uma diplomacia que acaba saindo caro para aquele que, hoje, sustenta, a duras penas, uma estrutura de emprego no interior. E que precisamos cada dia mais a geração desses empregos no interior. Porque, estamos num pico de virada de modelo. Porque, se afinal das contas, se não for através de uma ocupação agrícola racional, estaremos numa situação delicada.

Por que o café não tem a política de preços mínimos garantidos, corrigidos, automaticamente, dentro da própria política de preços mínimos globais da agricultura?

Porque o café não é tratado dentro do contexto de uma política agrícola e não de uma política do café dólar, meramente legado à exportação? Porque o agricultor não tem vez para

conversar a respeito da própria política do café, porque o agricultor não fala inglês.

E, na verdade, este tipo de atuação acaba nos levando. E não por que temos uma política de BVC, igual a política de BVC existente para os outros produtos, para o próprio café?

Por que, não temos um seguro para o café, na mesma proporção, certa ou errada, para garantir o banco, mas pelo menos uma base de garantia através de um PROAGRO bem determinado para dar a mesma garantia para o produtor? Por que não vamos ter uma garantia de preços com remuneração básica, como disse, corrigida, através do próprio tempo para fazer com que o produtor seja estimulado em termos de produtividade, porque será na produtividade que nós teremos condições de ter diminuição de custos e, tendo diminuição de custos significa uma forma de aumento de ganhos e uma forma de aumento de ganhos significa - não tenho a menor dúvida - uma melhor condição para o agricultor, mas sem alterar o preço no mercado externo para que nós possamos continuar reconquistando posições perdidas para concorrentes que não teriam nunca, a mesma capacidade de estrutura que nós temos? O porquê, a manutenção da atual política e a atual estrutura, se, hoje, com a própria geada, eu pergunto aos Senhores: há justificativa da manutenção de uma política de quota de exportação se pelos cálculos que nós temos, já no ano que vem nós vamos ter muito pouco estoque de café?

Minha gente! Eu assumo com coragem, esta posição. Talvez, no mês de junho, antes da ocorrência de geadas, seria uma temeridade mudar tão bruscamente a política, mas, hoje, na atual condição, vamos reduzir os custos administrativos do Governo, vamos enxugar a estrutura do IBC, com uma enorme rede de armazenagem e que, no meu Estado, assumo o compromisso de absorvê-la, pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, porque, desta forma, eu vou armazenar não só café, vou armazenar outras coisas, e já temos uma estrutura montada, de administração de armazenagem. O IBC, a estrutura de armazenagem, é mais uma estrutura de custo. Vamos transformar o IBC, enxugando totalmente a sua estrutura, tomando-o um órgão única e exclusivamente, de fomento, voltado ao fomento de exportações, fazendo com que a própria política de quota, política de contingenciamento seja feita pela CACEX, igualzinho aos outros produtos. O porquê essa bruta estrutura de pessoal onerando o cafeicultor e fazendo com que seja um dos grandes pontos de resistência na substituição do confisco? Portanto, o momento hoje exige coragem na decisão! E é uma decisão política. E nós podemos lhes garantir que, a própria iniciativa privada terá condições, neste momento, a partir de uma política de apoio ao Governo, ao produtor, em termos de garantia de preço remunerador baseado em produtividade, de, nós enfrentarmos, galhardamente, qualquer alteração. Porque não devemos temer alteração alguma. Os nossos concorrentes, sim, porque, em matéria de mercado externo vamos fazer mais política agressiva e menos diplomacia!

É o meu ponto-de-vista e está em debate.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência, antes que os Srs. Deputados formulem perguntas e debatam com o Sr. Secretário sobre o problema agrícola brasileiro, quer registrar a presença neste plenário, do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do jornal "A Gazeta do Povo" e da TV Paranaense Canal 12, e agradecer a honrosa visita deste homem que muito tem contribuído com o Poder Legislativo do nosso Estado.

Está aberto o debate para os Srs. Deputados que desejarem interpellar o Dr. Guilherme Afif Domingos.

O SR. FIORI LUIZ — Secretário, nós tivemos contato de uma proposta, de um plano já em execução, de uma alternativa à erradicação para os seringais.

Gostaríamos de ouvir alguma coisa.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Perfeitamente.

A alternativa que nós estamos dando ao Estado de São Paulo, é que, nós, através dessa estrutura de pesquisa que pude demonstrar, há 30 anos fizemos um trabalho de pesquisa na introdução da seringueira, no Estado de São Paulo.

Partindo de um princípio, que nem sempre, na sua região nativa é onde a árvore tem melhores condições do próprio desenvolvimento, se assim o fosse, o maior, o café como oriundo das Arábias, ele teria melhores condições de desenvolvimento, lá, e foi aqui que, nós tivemos estas melhores condições de desenvolvimento. E a partir deste critério, nós, desde 1950 desenvolvemos um trabalho de pesquisa de adaptação da seringueira no Estado de São Paulo. E esse resultado hoje, já temos depois de 20 anos de trabalho em seringais adultos, onde temos mais ou menos uma estrutura de 200 mil seringueiras adultas em produção já testadas em matéria de produtividade no Estado de São Paulo, demonstrando que a nossa produtividade, ela é superior à produtividade existente hoje, na própria Malásia que é o maior produtor mundial do sudeste asiático.

E através de uma análise, porque não devemos analisar só sob o aspecto agrônomo, devemos olhar o aspecto econômico, em consequência o social, de que a seringueira é cultura de pequena e média propriedade. Porque a seringueira é uma cultura meramente extrativa que depende de mão-de-obra. Não adianta modernizar a seringueira, tem que ser mesmo ali na "latinha" a extração manual e que normalmente se presta à mão-de-obra de mulheres e de crianças. E, no sudeste asiático, as características dos seringais lá existentes, para mais ou menos 2 milhões de hectares e estes 2 milhões de hectares, dois milhões e meio de hectares, responde por mais ou menos 1 milhão de famílias que trabalham na extração de seringais. E estas 1 milhão de famílias correspondem mais ou menos 4 milhões de pessoas dependendo da extração do seringa.

Portanto, dois hectares e meio por propriedade. Este é o segredo da própria produtividade da Malásia, porque o seringa exige extração intensiva e o seringa dá a mão-de-obra de extração entre 280 a 310 dias por ano. Portanto, ela testata no Estado de São Paulo, demonstrou que não tem problema da própria dotidela, que é um tipo de praga que ataca os seringais nas regiões mais úmidas, próxima aos trópicos. E, por estarmos numa região de clima mais temperado e com um inverno até um pouco ameno, mas o inverno é importante para que haja a própria secagem natural das folhas evitando a umidade, o custeio de seringueira praticamente entre nós, não exige praticamente quase nada ou nada em termos de defensivos agrícolas. Quando em outras regiões do País, temos que até fazer a pulverização de defensivos nos seringais utilizando até aviões.

E, de mais a mais, a estrutura da fazenda de café, é aquela estrutura preparada para a fixação do homem no campo, porque a fazenda de café é ainda a que mantém a estrutura de casas, que mantém a estrutura da mão-de-obra residente na área rural. E, criando uma frente de mão-de-obra para mulher e criança, estaremos expandindo a renda familiar e com a expansão da renda familiar, teremos o grande fator de fixação do homem do campo. Porque o homem saiu do campo basicamente por causa

do problema de renda.

Então, a opção da seringueira no Estado de São Paulo, está provado econômico e, como consequência, socialmente e agrônomo, mais do que comprovada num trabalho que infelizmente a Sudébia só tomou conhecimento há questão de 3 a 4 meses atrás, pois desconhecia o desenvolvimento da pesquisa nas regiões intermediárias do nosso País. E este trabalho da implantação da seringueira é um trabalho fácil, porque já está em mãos da iniciativa privada. Temos 122 viveristas particulares que produzem muda de seringueira no Estado de São Paulo. E como prova de que isso dá certo - tudo com capital próprio. E eu gostaria de declarar um princípio meu, que nós devemos na nossa ação de Governo, sempre procurar identificar o que a iniciativa privada está fazendo com recursos próprios. Pode ir que dá certo. Porque, eu não conheço besteira feita com recurso próprio por muito tempo. Conheço com recurso altamente subsidiado. Isso nós estamos cansados de ver aqui no País.

Mas, com recurso próprio, por muito tempo não tem besteira feita não, porque queima a mão logo e sai. E nós estamos há mais de 20 anos com muita gente ganhando dinheiro com seringueira. Pode ir que dá certo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Secretário da Agricultura de São Paulo, gostaria de me congratular com Vossa Excelência, pela maneira franca, aberta e pela coragem com que trouxe a este plenário este debate.

Depois da palestra de Vossa Excelência, acho que esta Casa mereceria até fazer um minuto de silêncio em razão ao crime que se comete neste País com a participação de grande quantidade de homens deste Governo na morte, sem dúvida nenhuma, daquele que ainda é o maior padrão agrícola que é o café. Nós aqui no Paraná e até faria uma sugestão à nossa Casa, de que na semana seguinte, déssemos continuidade a este debate, trazendo o nosso Secretário da Agricultura para, especificamente falar dos nossos problemas dos nossos cafés no nosso Estado, dizer a Vossa Excelência: com a geada deste ano, dos 750 mil hectares aproximadamente que tínhamos cultivados de café, chegando uma população cafeeira em torno de 880 milhões de pés de café dados do IBC - para um Estado que há 15 anos atrás tinha 1 bilhão e 300 milhões de covas de café. Não eram pés, eram covas. Hoje são pés. Vossa Excelência sabe bem a diferença que antigamente se plantava 4 pés de café numa cova. Hoje o sistema põe um atrás do outro. Aliás, dizem que o café é verde, a gente vive num sistema meio militarista, então tem que pôr o cafezal também um atrás do outro, em fila indiana.

Só este ano, só esta faixa, 800 mil hectares, multiplicados por 30 por cento que é a erradicação que está se praticando no Paraná hoje, temos 240, 250 mil hectares aproximadamente. A uma média de 1.000 pés por hectares, nós temos 250, 300 milhões de pés de café erradicados, o que significa diretamente 100 mil trabalhadores rurais que deixarão de trabalhar no café e que virão engrossar as favelas, como bem disse Vossa Excelência, nas grandes cidades e nas pequenas cidades também. Se levarmos em conta também os empregos indiretos que a própria cafeicultura oferece, nós chegaremos no Estado do Paraná, somente com esses 30 por cento de erradicação, a 250 mil empregos, entre diretos ou indiretos, aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Portanto, se o café no Estado de São Paulo há dois séculos e meio tem a sua história na construção das próprias fer-

rovias Mogiana, Araraquarense, a Nova Paulista e tantas outras aqui no Paraná também: ele construiu Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procopio, Londrina, Apucarana, construiu Maringá e construiu o Norte do Paraná e que lamentavelmente um grupo de pessoas desejam matar tudo isto que é uma tradição e uma história deste País, criminosamente, mas nunca se esquecendo das suas mordomias, das suas viagens para o exterior, não se lembrando um crime que se comete na cidade, grande parte é ocasionado por esse êxodo rural, trazido pela erradicação oficial, ou muitas vezes obrigada dos nossos cafezais. Eu não vou me prolongar muito aqui porque senão tomaria muito tempo dos demais companheiros nossos.

Apenas gostaríamos de fazer uma pergunta a Vossa Excelência: já não chegou a hora das Secretarias de Estado da Agricultura, principalmente nos Estados maiores produtores agrícolas deste País, de se reunirem e dizer um "basta", um "não" a esta política de cima para baixo, porque o problema dos canaviais não é só em São Paulo, porque se preocupa hoje, não em encher o estômago e a barriga do brasileiro, mas encher o tanque de gasolina do Volkswagen, da Ford, de que carro seja, porque enchendo o tanque desses carros, está enchendo o bolso das multinacionais com dólares? Já não chegou o momento, repito, Secretário, das Secretarias de Estado dizerem um "não" e definitivamente trazer um projeto agrícola independente e que realmente venha trazer soluções e representar as verdadeiras aspirações das regiões do nosso Brasil, e principalmente das regiões agrícolas.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Nobre Deputado

Lázaro Dumont, sem dúvida o caminho é esse. Não, talvez de se dizer um "não", mas de se dizer como devemos partir para uma política realmente voltada para uma estratégia de desenvolvimento agrícola. E existe o início, o embrião de um caminho, e nós temos tentado fazer isso e muita coisa com sucesso. Porque a medida que nós estamos procurando levar as soluções, nós estamos deixando de ser atendidos, não.

Existe é uma dificuldade de diálogo, de entendimento, principalmente naquelas áreas que não têm nada a ver com a agricultura. Porque na verdade hoje o café, nós vamos tratar com homens que cuidam da política de exportação de café. Mas a agricultura não é com eles, porque o café está lotado na própria área do próprio Ministério da Indústria e Comércio. Se nós vamos tratar da cana, também o problema de cana não é com a agricultura. É baseado na política de industrialização do açúcar e do álcool.

Se nós vamos tratar de seringueira, também não é a agricultura. É área de política de borracha industrial da área do Ministério da Indústria e Comércio. Então já existe uns canais de ligação totalmente trocados, onde temos procurado suprir essas deficiências, e tenho acompanhado também o trabalho do meu companheiro Reinhold Stephanes, onde a gente passa por cima do Ministério da Agricultura porque muita coisa de agricultura não é nada resolvido pela política agrícola, e sim resolvido pela política industrial ou comercial ou de exportação.

Então o início de um processo não tem dúvida, aqueles Estados que têm infra-estrutura e capacidade para tal, porque nem todos os Estados do País têm a condição que tem o Estado do Rio Grande do Sul, que tem o Estado de Santa Catarina, que tem o Estado do Paraná, que tem o Estado de São Paulo, que tem o Estado de Minas e outros Estados que também estão procurando se estruturar na área da agricultura.

A agricultura temos que fazer de baixo para cima. Temos

que fazer agricultura com diversificação horizontal, de uma política voltada à ocupação racional da terra de acordo com a aptidão e de acordo com o zoneamento do uso do solo. Devemos, em primeiro lugar, trazer à aplicação dos Estados o imposto territorial rural. Porque o imposto territorial rural é a grande alavanca da utilização do uso do solo a partir da própria capacidade do uso do solo.

Querem uma prova de que hoje os prefeitos municipais são administradores das consequências do êxodo rural? Ele só responde pela administração de 2 por cento da sua área territorial. Os outros 98 por cento que constituem a área rural de um município ninguém administra. Acaba caindo o ônus sobre o município da conservação da estrada rural, porque ele não vê nem a receita do próprio imposto territorial rural, porque ele falha na sua aplicação, embora a legislação seja perfeitamente correta. E no Estado de São Paulo estamos começando exatamente por aí; na mesma intensidade em que existem os Planos Diretores Urbanos para vender cano, ou vender manilha, vender serviço de computação e vender tudo, temos que fazer o Plano Diretor na área rural, com o Estado, através da rede de assistência técnica, se tornando em cada município o departamento de apoio à política do município, com um zoneamento de aptidão das culturas do próprio município porque os nossos Institutos têm condição de fazer isso.

E a partir daí utilizar a mecânica da implantação do imposto territorial rural fazendo com que o crédito agrícola e que se caminha de acordo com a aptidão da região, fazendo uma política diversificada regionalmente via Estado, juntamente com o município.

Se não acontecer isso, é impossível fazer agricultura num país continente, de cima para baixo como nós estamos fazendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado. Eu que sou também provindo desta região, da Alta Sorocaba, e que comecei minha juventude aqui no Paraná, quero me congratular pela coragem do eminente Secretário do Estado de São Paulo, pela visão crítica que tem a respeito desta situação confusa que se encontra no País. Oxalá, não só apenas algumas vozes destoantes da atual política brasileira, mas sobretudo os homens-chaves da administração pública, do Parlamento, tenham também uma visão clara de nosso momento histórico, da necessidade de nos incorporarmos numa política global, sobretudo dos pontos básicos de nossa economia, que é a agricultura.

Nesta parte, Dr. Afif Domingos, Vossa Excelência falou sobre o zoneamento de São Paulo, queria indagar, porque poderíamos aplicar aqui no Paraná em termos de produtividade, de racionalização da ocupação do solo e os efeitos sociais que trouxeram para o Estado de São Paulo esta situação que a sua administração na Secretaria tem contribuído, inclusive com estas mutações, com estas migrações internas do Estado, quais os efeitos que esta política vem trazendo?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Olha meu caro Deputado Fidelcino Tolentino, estou na Pasta de Agricultura há um ano e oito meses e, logicamente, toda uma política que visa este tipo de introdução, não podemos sentir os efeitos a curtíssimo prazo. Mas alguns detalhes eu gostaria de encaminhar.

Duas culturas estão zoneadas rigidamente, em termos de expansão no Estado de São Paulo, para orientar o crédito.

Porque, para mim, zoneamento agrícola só tem valor quando oriente o crédito subsidiado.

Porque, por conta própria, cada um pode plantar o que quiser onde quiser.

Acho que estamos num regime liberal, desde que não fira as leis do solo, de seu uso, ele pode fazer o que quiser com o dinheiro dele.

Agora, com o crédito altamente subsidiado que temos, ele deve ser orientado para aquelas áreas onde tenhamos interesses econômicos para resolver problemas sociais - e o Senhor, sendo da Alta Sorocaba, sabe de perto os problemas sociais gerados pela desocupação agrícola e erradicação de culturas, a entrada da pastagem extensiva, o esvaziamento populacional, o problema da erosão de terras, então dentro desta situação, o zoneamento da cana já começa a surtir os seus efeitos.

Porque a partir de um exemplo feito pela iniciativa privada em Valparaíso, perto de Araçatuba, onde tivemos o primeiro modelo de destilaria associativa para produzir álcool, unindo a classe mais difícil de ser unida, que é o pecuarista, ela se uniu em 49 sócios, cada um plantando uma parcela de suas pastagens em cana, e implantaram uma destilaria de álcool, que é a UNIVALE, em Valparaíso.

A partir dela, que eu tomei conhecimento deste trabalho quando Presidente do Banco de Desenvolvimento de Estado de São Paulo, em cima do exemplo feito pelo empresário, resolvemos montar um zoneamento como base de expansão das destilarias autônomas de álcool, por município, dentro do processo associativo.

Associar o dono da terra para ele participar do processo de industrialização.

Em pouco mais de 8 meses de trabalho, já temos 32 destilarias associativas sendo implantadas, ou em projeto para implantação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Seria cooperativa?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — É uma espécie de cooperativa, cada um entra de sócio de acordo com a cota de cana plantada. Isto já está acontecendo no Oeste do Estado de São Paulo.

No zoneamento do feijão, que foi inspirado naquela política que foi feita e, inclusive, muito criticada pelo próprio Estado do Paraná, da obrigatoriedade de se plantar feijão com cana, ou com café, porque obrigaram a plantar, mas não obrigaram a colher, porque se mandou plantar em tudo em que era lugar, mas colher ninguém estava obrigado, então tivemos, nas estatísticas, grandes áreas de expansão de feijão. Na verdade, não tivemos respostas.

Fizemos um zoneamento para cultura de feijão. Este, introduzia a terceira safra de feijão no Estado de São Paulo, utilizando a região Oeste do Estado de São Paulo, tirando parte da Sorocaba em função da influência de geadas, que é o paralelo 22, pegando aquela região, que com irrigação nós poderíamos tirar uma safra de feijão a esta safra de feijão fazer rotação com milho e arroz, porque, com a irrigação, nós iríamos utilizar o solo 360 dias por ano.

E a primeira etapa da implantação da lavoura irrigada de feijão era para produzir sementes selecionadas de feijão, porque, nós aqui dos Estados do sul, como produzimos a nossa grande safra do feijão na época das águas, a nossa semente tem

um alto teor de fungo devido a umidade da época da colheita.

Então, o Paraná mesmo tem dificuldade de produção de semente.

Tem que produzir semente, às vezes, lá na Bahia, às vezes, em Irecê, fazendo o campo de multiplicação de sementes.

E no Estado de São Paulo, com a irrigação, pudemos introduzir o campo de multiplicação de sementes dentro da política de zoneamento.

E eu gostaria até hoje de lhes declarar que em 8 meses de trabalho o Estado de São Paulo se tornou alto suficiente em matéria de feijão, inclusive criando disponibilidade de sementes selecionadas de feijão para os outros Estados, inclusive, para o Paraná, que nós gostaríamos de fazer questão de fazer um trabalho em conjunto para ajudar o produtor do Paraná ter semente selecionada, porque, aqui o Estado tem dificuldade de produção de semente selecionada.

E lá está, como nós fizemos a utilização. Vejam a enorme quantidade de água existente nas barragens do oeste do Estado de São Paulo.

Ali é Fernandópolis, Santa Fé do Sul, Votuporanga, Jales e ali, em Santa Fé do Sul, onde está o Lago da Ilha Solteira, só este lago, tirando 500m da margem, temos 175 mil hectares de áreas irrigáveis, só tirando água do lago e fazendo a irrigação por aspersão, porque, a terra é de melhor qualidade.

Então, em função disto, o Estado de São Paulo, hoje, se torna o Estado alto suficiente em matéria de semente de feijão com zoneamento agrícola para produção de feijão para este ano já garantido, onde todo o zoneamento orienta semente, crédito e PROAGRO, o que tiver fora disto é por conta e risco do cliente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário do Senador Leite Chaves, Presidente da Comissão da Agricultura do Senado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Secretário, ao cumprimentar

Vossa Excelências pelas colocações feitas hoje nesta Casa, com muita propriedade aliás, principalmente, nestes últimos anos, espero que outras vozes também, com a mesma propriedade, com a mesma coragem, se levantem por este País afora, seguindo, inclusive, este seu raciocínio.

Mas, eu me permito em que pese a sua palestra ser sobre o problema do café, que é realmente um problema dos mais sérios, senão o mais sério, dentro da nossa política global da agricultura do Paraná e nós da região Norte do Paraná, que sentimos na carne os reflexos desta política, completamente divorciada de uma realidade de Estado agrícola como o nosso, mas eu me permito formular uma questão ao senhor, que também diz muito a nós paranaenses, com relação ao problema do cancro cítrico.

Qual a posição do Estado que Vossa Excelência representa com relação a este problema do cancro cítrico?

O SR. GUILHERME A. DOMINGOS — O cancro cítrico começou em São Paulo há 22 anos, em Presidente Prudente.

E quanto tomei a pasta em dia 04 de fevereiro de 1980, a primeira coisa que me fizeram, foi me colocar num avião, antes de eu assumir o meu posto na Secretaria, me mandaram a Brasília, para resolver um problema sério, que era a entrada

do câncer cítrico na região de exportação, porque, as regiões contaminadas era a região de abaixo do Rio Tietê e a região aqui do norte do Paraná que formam o mesmo bloco de região de contaminação. E a região que era endêmica, era acima do Rio Tietê que se transformou hoje na nossa região de exportação, correspondendo a quase, hoje, um bilhão de dólares, na nossa balança de pagamentos, na exportação de suco de laranja.

E a forma como estava a política de combate ao câncer cítrico da CAMEC, eu percebi que iríamos ter total insucesso, porque a forma como estava sendo preconizada a política na erradicação, não nos levaria nunca a resolver o problema da própria erradicação.

E, com a criação de um grupo executivo junto ao nosso gabinete, conseguimos reformular a própria política de combate ao câncer cítrico, porque, aqui, no Norte do Paraná, no Sul do Estado de São Paulo, a erradicação do câncer cítrico não dava perspectiva alguma ao agricultor.

Era só erradicar, erradicar, erradicar, proibir de plantar, não dava perspectiva, e a mudança, agora, hoje, e que está — e o Estado do Paraná também está tendo — absoluto sucesso dentro desta política, não se trata só da política de erradicação. A toda política de erradicação é acompanhada de um período de reinspeções, onde se a comunidade, como um todo, responder à erradicação na forma preconizada, onde não se demonstra aparecimento algum de foco, num período de dois anos, a região passa a ser liberada para o plantio.

Isso já está acontecendo no Norte do Paraná, já liberamos em São Paulo, três a quatro municípios na região abaixo do Tietê, na região de Presidente Prudente, estamos encaminhando a liberação de quatorze municípios, enfim, criou-se a luz no fim do túnel, e isso vai nos ajudar ao agricultor a nos ajudar dentro desta dura tarefa de erradicar árvores contaminadas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Primeiramente, os meus cumprimentos a Vossa Excelência e aos dignos Deputados desta Casa, e, mais uma vez, a manifestação da grande honra que eu sinto de poder estar presente a uma sessão como a de hoje.

Os meus cumprimentos ao Presidente e a todos os membros desta Casa, pela oportuna e feliz idéia, de convidar o ilustre Secretário da Agricultura de São Paulo, para comparecer a este plenário.

Meu caro Secretário, conheço Vossa Excelência de nome, e tenho acompanhado a sua trajetória, com repercussão em todo o Brasil. Hoje, fiquei admirando mais ainda a personalidade de Vossa Excelência, principalmente pelos pronunciamentos corajosos, claros, e de profundo conhecimento que Vossa Excelência expôs perante este plenário.

Mas, o que mais me impressionou, foi talvez a parte final do seu pronunciamento, onde Vossa Excelência, com uma coragem e um discernimento muito grande, aborda o problema do confisco cambial do café, e da necessidade urgente de uma mudança de estrutura do IBC.

Meu prezado Secretário, não querendo me alongar, apenas pediria permissão para dizer a Vossa Excelência, e a este plenário, que há mais de quinze anos, os paranaenses lutam pela idéia da extinção do confisco cambial sobre o café.

Nós lutamos desesperadamente contra o confisco sobre a soja, e tivemos êxito. Mas, lamentavelmente, essa nossa luta que é de quase vinte anos, é uma luta gigantesca do Paraná todo, embora nós sejamos — como já tenho afirmado — um povo fatalista. O paranaense deixa, muitas vezes de reivindicar, como o paulista e como o nordestino, e é um homem mais fatalista, aguardando que as coisas aconteçam e se conformando com o que acontece, face à grande fartura do nosso Estado, e a gene-

rosidade da natureza para com o Paraná.

Entretanto, acho que é o momento decisivo de que o Paraná se levante, de forma categórica, lutando por ideais como este, da extinção do confisco sobre o café, e da mudança total da estrutura do IBC.

Na verdade, quando começamos uma campanha contra o confisco sobre o café, há 20 anos atrás, o Paraná era o maior produtor de café do País, com uma produção da ordem de 26 milhões de sacas — se não me engano — e o confisco cambial, naquela época, equivalia quase que a um segundo orçamento nacional. Era um orçamento paralelo. O Paraná estava sendo expoliado, e somente o confisco sobre o café paranaense, o seu valor equivalia quase que ao valor total do orçamento nacional.

Então, qualquer pensamento de se extinguir o confisco cambial opunham-se forças terríveis. Hoje, felizmente, ou infelizmente, não há essa expressão, dentro do orçamento nacional, o valor do confisco. Mas, é terrível para o cafeicultor paranaense pagar setenta por cento do preço da saca, para o Governo Federal, a título de confisco.

Assim, a idéia que Vossa Excelência trouxe é de uma importância total para o Paraná que pretende voltar a ser novamente o grande produtor de café que era.

Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse de que forma poderíamos prosseguir nessa luta, pela extinção do confisco sobre o café e pela mudança total de estrutura do IBC.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Meu caro Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, irmão de um grande amigo, Lincoln da Cunha Pereira, com quem tenho sempre o prazer de conviver na Associação Comercial de São Paulo, como grande companheiro.

É uma satisfação encontrá-lo e conhecê-lo pessoalmente.

Sobre esta nossa posição, veja bem, ela não está só ligada ao problema do confisco. Ela faz parte de algo que, há muito tempo, em minha opinião, como declarei, deve ser feita uma revisão da política cafeeira do Brasil, tendo em vista a total mudança do perfil do País, na composição de sua receita cambial.

Justificar-se-ia uma estrutura do IBC, como se justificou quando o café estava com sessenta e quatro por cento das nossas exportações. Mas, hoje, representando dez por cento, é importante, não deixa de ser, podemos dar um tratamento mais normal para o café, com menos intervenção estatal, com total redução dos custos, extinguindo toda essa estrutura fenomenal que tem o IBC, que são custos altíssimos, sem razão alguma de ser, com duplicidade de área, quando sabemos que dentro do próprio mecanismo da política agrícola, existem áreas que podem fazer o mesmo papel; inclusive no preço de garantia, na compra do preço mínimo. A própria estrutura da CFP ela pode exercer esse poder de compra, incluindo o café dentro da pauta dos preços mínimos de garantia, dentro do mesmo critério de correção, à medida do interesse da expansão da própria cultura, como agora está se introduzindo a correção momentânea dentro dos preços mínimos de outros produtos. Veja-se o milho, pelo nosso interesse de produção, recebe uma política que, há muito tempo queríamos que era, ou seja, um preço base de garantia que sofre uma correção até o preço de boca de safra.

No café porque é que não podemos dar um tratamento semelhante, em termos de garantia de rentabilidade para o próprio agricultor?

Em segundo lugar, como já disse também, a política de crédito e custeio para o café, ser incluída dentro de valores básicos de custeio dentro da conta global de custeio agrícola. Por que o café não é agricultura? É agricultura sim. E faz parte da horizontalização da política agrícola para facilitar a opção ao agricultor de ter outros tipos de atividades correlatas, dentro de uma política de diversificação, tratada dentro de uma mentali-

dade só que é a própria agricultura.

Será que a CACEX não pode cumprir o seu papel de fixar a pauta mínima de exportação, como faz na soja, como faz no suco de laranja? Eu não estou vendo defeito algum mais grave nesse tipo de estrutura que, aliás, leva até a uma total redução de custos. E a extinção do confisco cambial, como ele aí está, passe a ser substituído por um imposto de exportação, que é colocado, ou retirado, de acordo com o momento da própria política. O caso de exportação de suco de laranja estava com problema de estocagem, tirou-se o Imposto de Exportação. Agora que a laranja reagiu ao próprio mercado colocou novamente o IE, com mecanismos muito mais ágeis, comandado pelo próprio CMN.

Então, pergunto essa estrutura da armazenagem do IBC ociosa, e aqui no Paraná deve haver muita, com custo e gente sendo custeado com todos os defeitos da ineficiência administrativa que o próprio confisco acaba cobrindo. Então, a eliminação deste confisco e o tratamento de uma política do café de forma normal, inclusive na política externa, tenho muitas dúvidas sobre a eficiência de cota que aí está. Inclusive, essa política de cota que foi implantada não tem razão de ser, pela perspectiva da própria safra agora, da do ano que vem, da estocagem.

Então, acredito que, hoje, a política do IBC, da forma que está, acaba beneficiando muito mais um grupo de doze grandes empresas, na exportação que até a décima-segunda corresponde a quase sessenta e cinco por cento do mercado de exportação.

Acho que é uma política um tanto quanto cartoral.

Vamos eliminar todo esse tipo de protecionismo, vamos deixar o mercado do café mais claro, e garantindo ao produtor que produz, a garantia necessária, de remuneração.

É o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Secretário, gostaria de, inicialmente, dizer o seguinte:

Acho que todos os males ou quase todos os males que estão existindo neste País têm a sua origem na falta de democracia. Nós sofremos um golpe militar neste País, em 64, que privilegiou o grande capital internacional ligado ao grande capital nacional amparado por inusitado aparato policial-militar.

Estou fazendo esta colocação inicial, exatamente porque, as colocações que farei talvez deixassem, na sua interpretação, que eu pudesse ser alguém até, ligado ao Governo. Sou um homem da Oposição, não acredito nesse tipo de capitalismo que está implantado neste País, estou cansado de ver afirmações que me parecem levianas. O Sr. veja bem, Sr. Secretário, como Vossa Excelência mesmo afirmou, neste País, todo mundo faz mais ou menos aquilo que bem entende, no setor da agricultura, conheço lavradores que nunca colheram uma colheita de café, mas novamente, neste ano de 1980 e 1979, estão aí, plantando café, de novo, em lugares onde não se deveria plantar café. Tenho conhecimento e o Secretário está aí, posso até estar errado mas me parece isto, que, a Secretaria da Agricultura elegeu, por exemplo o Noroeste do Paraná, como uma zona própria para se fazer o plantio da cana de açúcar, mas o Secretário da Indústria e do Comércio, privilegia o Norte Pioneiro, Norte Novo, como zonas para serem feitas plantações da cana-de-açúcar. Parece-me que há uma separação, uma dicotomia de objetivos dentro dos nossos Governos, são, todos eles, heterogêneos. Mas veja bem: uma afirmação, eu não sei, Sr. Secretário, e gostaria que Vossa Excelência me desse a solução para o problema por exemplo, levantado por um companheiro nosso, aqui, um bilhão e trezentos milhões de pés de café no Paraná, e há Deputado, há

Liderança aqui, que querem que cheguemos a um bilhão e quinhentos milhões de pés de café, no Paraná. E lá em São Paulo há gente que quer que se plante dois bilhões de pés de café, e lá em Minas querem que se plante três, em Mato Grosso, na Rondônia, em Goiás, todo mundo quer plantar café. Temos uma população mundial que consome determinada quantidade de sacas de café. Acho que nós estamos dentro de um impasse, que não adianta nós aqui no Paraná, ficarmos combatendo erroneamente, as coisas, eu, sou homem de Oposição mas, vejo que o Governo deveria ser impositivo, proibindo que se plante café onde vai somente se colher geada e aquilo que o Sr. falou, o PROAGRO, para garantir o banqueiro, porque, este, é o País de banqueiros, Sr. Secretário. O problema do confisco cambial, eu sempre soube — sempre soube — sempre li o seguinte: todas as vezes quando se fazia uma campanha para se diminuir o confisco cambial, o que acontecia, Sr. Secretário? O Governo baixava 20 dólares no confisco cambial e o importador imediatamente derrubava os 20 dólares. O Governo não recebia, o lavrador não era beneficiado e o produtor não era beneficiado, e os trustes internacionais metiam mais 20 dólares na sua bolsa de rapina, portanto me parece, Sr. Secretário, eu me permito fazer essas considerações porque vejo em Vossa Excelência, apesar de discordar profundamente do homem que comanda o Governo do qual Vossa Excelência faz parte, comungo de muitas posições que Vossa Excelência tem tomado com altaneira, não praticando aquilo que muito político fez neste País, muito empresário, ficando ajoelhado na frente deste regime que torturava, matava e privilegiava, e agora que o sonho acabou talvez não nos chamem mais de comunistas.

Então fica aqui a pergunta, e o depoimento de um homem da Oposição brasileira, que não consegue entender como, certas pessoas aparecem, geralmente perto das eleições, para propor algumas saídas. Porque eu, como disse no início, sou um homem da Oposição mas não vejo como se possa chegar a uma produção de cinquenta milhões de sacas de café, porque o País não tem recursos para comprar toda essa safra. Como que Vossa Excelência resolveria e se eu não estou certo neste problema também do confisco cambial? Porque, toda vez que se diminui o confisco, no meu entendimento, se deveria isto sim, dar imediatamente um preço de garantia interno, que elevasse. Porque o importador, a hora que ele vai comprar o café ele coloca isso e isso, aqui no confisco, tanto. A hora que você diminui o confisco ele também faz a matemática dele e elimina.

Vossa Excelência condenou a monocultura. Está corretíssimo, corretíssima a posição de Vossa Excelência. Mas, acho também, que as autoridades deveriam ver o seguinte, que existe uma capacidade. A Colômbia produz café, Indonésia produz, América Central produz, a África produz... Então, resumindo Sr. Secretário, é o seguinte: nós ficamos numa "noite negra" neste País sem questionar nada. Não sei porque nós estamos vivos por aí. Porque muita gente até isso ignorava, que companheiros nossos estavam sendo presos, torturados, mortos, porque questionavam este modelo econômico-financeiro que está implantado. E, os pontos de decisão deste País não são tomados dentro dos limites territoriais do Brasil.

Não temos independência econômica, nós não temos. E afirmar que nós temos é leviandade. Sr. Secretário, acredito na geração que Vossa Excelência está representando, é um novo tipo de homem que vem aí para dizer a verdade, para questionar. Aquilo que o Sr. falou, "nós não somos da verdade", mas aqui, desde primeiro de março, de abril, desde 31 de março a verdade é uma só. Vossa Excelência entendeu a minha posição creio eu, inteligente como é, mas eu gostaria de saber, resumindo mais uma vez: como é que nós vamos resolver? Aqui no Paraná todo mundo quer plantar café, até na beira do rio lá, onde na época do frio fica com cinco graus abaixo de zero mas, querem plantar. Incompetência do Governo e irresponsabilidade

de quem tem a terra para fazer isso. Em Minas se quer plantar e já estão falando em até plantar café em Roraima.

Como é que se resolve isso Sr. Secretário?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Nobre Deputado

Waldyr Pugliesi, tenho um enfoque a respeito da raiz dos nossos problemas, quando na verdade às vezes se coloca o ano de 1964 como a raiz de todos os nossos problemas, quando ele está exatamente numa sequência. A raiz dos nossos problemas talvez eu posso até puxar para a própria decisão do ano de 1950, que adentramos a um processo de industrialização acelerada, que eu não critico não. Acredito que hoje nós estamos vivendo numa fase de distorções, cuja fase de distorções ela data de 30 anos, ela não data de 17 anos da Revolução. Ela data de um total de 30 anos.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Secretário eu fui mal-entendido, primeiro pelo menos se discutia, de 64 para cá não.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Mas, mesmo discutindo, teve muita coisa que aí está sendo discutido na época com toda a abertura. Por isso, que às vezes eu tenho muito medo de muita gente que hoje aí está e eu tenho certeza que o nobre Deputado não está incluído, até pelo próprio aspecto de geração, que hoje faz críticas severas mas que participaram de muitas decisões no passado que trazem consequências hoje e estão vestidos também em posição até de Oposição. Na verdade a gente precisa ter autenticidade. Não importa se é oposição, ou se é situação. Nós devemos é ter posição, que é o mais importante. Porque quando existe a posição, nós aqui em muitas coisas nos identificamos, e não quero saber se a legenda é do PMDB, se é do PP, se é do PDS. Há identificação porque existem posições na busca da verdade.

Então, este aspecto. Trinta anos na história de um País, trinta anos não é nada. Depois mais tarde quando a gente estuda história, é que a gente pega e no ano de 1630 aconteceu isso; no ano 1660 aconteceu aquilo! Puxa, a gente fala, foi tão perquinho!

Mas veja que os trinta anos, de 50 até 80 para nós parece aí uma barbaridade mas é muito pouco na nossa história. E na verdade com tudo isto que aconteceu, de distorções que estão sendo apontadas e que eu não estou fazendo a crítica, estou fazendo a autocritica para ir na raiz do problema para poder apontar soluções viáveis e discutíveis e discutidas daqui para a frente e eu estou plenamente de acordo, haja visto o meu pronunciamento logo no início, de que quando o técnico traça a política as coisas não vão bem. Precisamos é exatamente aperfeiçoar o mecanismo político para traçar as linhas políticas de ação dos nossos técnicos.

Então, dentro deste princípio trinta anos é muito pouco. E nós podemos perfeitamente corrigir as nossas distorções, adaptar o modelo, absorver esta tecnologia que foi trazida a peso muito caro, mas que nós com a absorção e a criação de um modelo nosso temos perfeitas condições de poder pagar com sobra toda a dívida da compra dessa própria tecnologia.

Aí depende muito mais de uma atitude da organização da própria sociedade brasileira, não só em termos de bandeira da oposição, mas acima de tudo como bandeira de posição, ou seja, criar um modelo que seja um modelo a partir dos nossos próprios interesses e isso cabe a nós, como sociedade.

Então, vamos em frente. Não costumo olhar para trás. Vamos olhar para a frente. Só olho para trás para saber a raiz do problema e atacar as causas, para não correremos o risco de atacar efeitos.

Quanto ao problema de uma política de expansão do café, é simples. É aquele princípio, com recurso próprio cada um planta o que quiser e onde quiser. Agora, com o crédito orientado, com as garantias de um seguro agrícola, com a garantia do próprio preço base para efeito de compra e aquisição, segue a orientação de um zoneamento, cujo zoneamento faça com que

se oriente a cultura para aquelas regiões que efetivamente tenham condições de nos dar resposta com diminuição de risco.

Fizemos isso com o feijão no Estado de São Paulo e está funcionando às mil maravilhas. Começamos a fazer com o café por volta de 1960, com a implantação da nossa política de renovação de cafezais, política esta feita pelo Governo do Estado de São Paulo, e o zoneamento nesta política do Estado de São Paulo funcionou com todas as imperfeições de um zoneamento. Um zoneamento ele pode acertar 80%. Tem 20% de erro que sempre acontece. Mas é o caminho. E orientar o crédito. É a coisa mais fácil que tem fazer a política de orientação de crédito dentro desta finalidade.

E criar um parque cafeeiro com produtividade. Porque eu não acho que nós devamos sustentar falta de produtividade ou baixa produtividade. Temos que sustentar exatamente aquele que tem produtividade para reduzir custo. Reduzindo custo a gente até tem melhores condições de competição no próprio mercado internacional.

Meu ponto de vista pessoal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Dr. Paulo Cesar Furiatti, Presidente da Associação dos Agricultores do Estado do Paraná.

O SR. PAULO CESAR FURIATTI — Secretário, queria fazer um rápido comentário a duas perguntas sobre a questão do PRO-ÁLCOOL. A meu juízo o programa está concebido num termo bastante centralístico e concentrador. E o que se quer é produzir e numa escala e de preferência com uma distribuição a mais central possível.

Até setembro de 81 foram aprovados pelo Banco do Brasil 214 Contratos do PRO-ÁLCOOL num montante de 71,98 bilhões de cruzeiros, o que dá para o projeto em média 330 milhões de cruzeiros.

Bom, os efeitos desse tipo de concepção de um PRO-ÁLCOOL centralizador, a meu juízo, haverá concentração de poder do álcool em poucas mãos. Além disso, haverá no meu modo de ver, um alastramento para o resto do País de um feudalismo já existente no Nordeste. E também a compra pelos grandes proprietários das pequenas propriedades, visto que aonde a grande propriedade de álcool entra ela começa a afogar os pequenos proprietários.

Bom, diante disso, o senhor abordou e voltaria a dizer que não há necessidade de que as indústrias que produzem o álcool sejam as donas da propriedade agrícola que produz a cana.

No entanto, atualmente, de acordo com os dados de Francisco Graziano da Silva, 60% da cana moída pertence à própria usina. Inclusive esta tendência cresce à medida em que existe um mascaramento de contratos de arrendamentos e parcerias, com propriedades neste sentido.

Bom, a questão da grande propriedade de produzir álcool, eu também teria mais este comentário a fazer, de que se tenta justificar, e nós plantamos cana-de-açúcar há mais de 40 anos, usando as mais modernas técnicas e, de acordo com Graziano, somos os piores do mundo na produção canavieira, perdemos para a Índia, para a Indonésia, que têm propriedades pequenas produzindo a cana.

Gostaria de saber a sua posição em relação a uma situação que se nós não deveríamos redirecionar o programa de produção de álcool em pequenas propriedades, de forma a desconcentrar o poder da terra e também redistribuir a renda de forma mais equitativa. Porque o próprio ITA, através de Tobias de Menezes, em experiências feitas, ele ratifica a questão do zoneamento agro-ecológico, dizendo que a cana não precisa de áreas muito férteis, ela pode ser produzida em áreas menos férteis. Daí o zoneamento agro-ecológico em áreas onde não está dando retorno social.

As microdestilarias são perfeitamente viáveis, reconhece o próprio técnico da Secretaria de Indústria e Comércio.

Mas não é isto que estamos vendo hoje. Gostaria de seu comentário em relação a isto, porque observo que o Programa Nacional do Alcool poderia ser um instrumento dos mais valiosos na redistribuição da renda e desconcentração da terra.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Dr. Paulo C. Furiatti, Presidente da Associação dos Agrônomos do Estado do Paraná, suas posições são exatamente as posições nossas e que nos orientaram na agricultura participar do processo. Na verdade, as Secretarias de Agricultura foram até marginalizadas do próprio processo de orientação de plantio de cana. Nós resolvemos “colocar os pingos nos is”, porque não passei procuração para ninguém, no meu Estado, para legislar sobre ocupação de terra lá.

Foi uma posição firme que assumimos e, posso até lhe dizer, recebi um grande apoio do Dr. Aureliano Chaves e do próprio Ministro de Indústria e Comércio, onde a Secretaria foi credenciada. E hoje, para minha satisfação, o que a Secretaria diz não, o SENAL fala não! Está sendo ouvida a Secretaria de Agricultura no Estado de São Paulo! Então nós orientamos a nossa ação exatamente dentro deste princípio. Porque com dinheiro próprio, cada um pode fazer o que quiser. Agora, com o crédito altamente subsidiado do PRO-ALCOOL, não devemos de forma alguma, deixar que ele passe a ser um programa concentrador de renda e concentrador de propriedade, principalmente numa política de pluralismo conquistada a duras penas pela política do café, porque o café, por onde passou, criou uma verdadeira reforma agrária.

O Estado de São Paulo que se fez pelo café, onde grande parcela de seu Estado é de pequenas e médias propriedades agrícolas, devemos tomar todo o cuidado na manutenção deste mesmo perfil. E não fazendo com que a concentração de recursos, na área industrial, crie hoje a figura do arrendamento disfarçado na forma de parceria, onde a usina aluga a terra de terceiro, pagando Cr\$ 25.000,00 por hectare, quando a renda bruta por um hectare de milho na safra passada foi de Cr\$ 21.000,00. Isto cria uma distorção, porque para o agricultor é muito mais negócio ele alugar a terra à usina e ir embora, morar na cidade, fazendo com que aquela propriedade que podia ser diversificada em várias culturas, acaba sofrendo um processo de monocultura centralizada.

Isto está acontecendo sabe onde? Não na implantação de novas destilarias autônomas, exatamente na expansão das destilarias anexas às usinas tradicionais. Então a Secretaria fez um zoneamento da implantação de novas destilarias, onde, não olhando o aspecto industrial, porque não me cabe analisar se há viabilidade da pequena, média ou grande. Para mim é um problema de ocupação de terra, onde para mim por região a cana não pode ultrapassar 40% da área agricultável de cada região, porque, a cana é mais uma opção e não a única opção.

Então, dentro deste princípio, estamos orientando os recursos, fazendo com que as propriedades em volta da destilaria, num raio de 5 km possam ter até 100% da sua área plantada em cana, em nome da economia da escala. Acima do raio de 5 km, há que no máximo cada fazenda ter 40% da sua área plantada em cana, fazendo com que desta forma, não se ocupe a terra toda com plantio de cana, reservando para diversificação as outras áreas.

E segundo, toda destilaria hoje, para aprovar, nós obrigamos a rotação de culturas de leguminosas, em consórcio, em rotação com a gramínia, fazendo com que desta forma, extensas áreas de cana que são renovadas sem plantar nada, plantamos a soja, porque, desta forma fixamos nitrogênio no solo de forma natural, numa política mais conservacionista, fazendo com que a cana sendo uma gramínia, ela haja dentro de um equilíbrio

total.

Porque, inclusive, nas regiões que estamos levando a cana, ela é importante, porque, é região de terra arenosa, com erosão e o próprio vinhoto, que está sendo jogado em certas regiões, e rios, nessas regiões a irrigação com vinhoto significa incorporar mais matéria orgânica no próprio solo, ajudando na recomposição do solo, porque, a cana ajuda.

E hoje, estamos proibindo a expansão de novos projetos, mesmo das destilarias anexas que se apresentam onde estas áreas ocupam áreas de ocupação de outras culturas, negativos nós não aprovamos e o que estamos falando, não, o SENAL está seguindo rigidamente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pinto Dias.

O SR. PINTO DIAS — Nobre Secretário, quero abraçá-lo pelas afirmações que Vossa Excelência fez hoje neste plenário e palavras realmente corajosas e reais.

O seu ponto de vista Sr. Secretário, com relação a cafeicultura brasileira, desde 1950, traduz realmente o quadro existente.

Gostaria e lamento profundamente, é não ter aqui neste plenário quase um milhão de “bóias-frias”, famintos que hoje moram e residem no interior, a busca de trabalho e quase quinze milhões de crianças desamparadas aonde grande parte delas hoje são “bóias-frias”, assaltantes e trombadinhas na cidade de São Paulo.

A minha indagação Sr. Secretário, é a seguinte: o conceito da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, hoje, é um conceito respeitadíssimo. Indagaria o seguinte, houve algumas reivindicações no plano federal, principalmente, com o Ministro Delfim Neto, para amenizar um pouco este quadro triste que vive a cafeicultura brasileira? E aquilo que Vossa Excelência citou aí, com relação a financiamentos, fungicidas, seguro e financiamento de tratores, caminhões e etc., Vossa Excelência traduziu aqui o quadro real?

Mas, no meu modesto entendimento, não são a Secretaria do Rio Grande, do Paraná, de Santa Catarina, de Minas e de São Paulo, que vão mudar, mas, acredito profundamente na influência destas Secretarias unidas num quadro diferente.

Gostaria então, Sr. Secretário, de saber o seguinte: qual foi a posição do Ministro do Planejamento com relação a essa pretensão justa que Vossa Excelência trouxe hoje a esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Olha, dentro da nossa política de busca de soluções, porque, não adianta a gente fazer críticas, a gente tem que apontar a solução viável. E a cada vez que eu vou com críticas, não acontece nada.

Cada vez que eu vou com uma crítica, acompanhada de uma solução que seja viável, com o pé no chão, eu recebo uma resolução em cima, por parte do mesmo Ministro Delfim Neto, que tem muito nos apoiado, quando nós levamos estas soluções que estamos buscando, porque, tenho muito medo de fazer a crítica gratuita.

E dentro das reivindicações da política do café, a nossa manifestação, ela é muito recente. Porque, sinceramente, eu teria sérias dúvidas em adotar uma atitude tão drástica numa situação do panorama do café como nós insistíamos numa super produção de 32 milhões de sacas neste ano e uma possível repetição desta safra no ano seguinte, ou um pouco menor que o café, tem ciclo mais ou menos anual, mas, pode ser que ela se equilibrasse.

Então, uma proposta neste sentido, eu fiquei até, sinceramente, um pouco temeroso, eu falei: “A gente vai fazer uma proposta tão dura, no momento que posso acabar até prejudicando o próprio agricultor?”

Mas, diante do quadro — e o que nós estamos assistindo é uma verdadeira reação do café no mercado internacional, porque aquelas estimativas todas se confirmaram, ou seja, a estimativa de que, no ano que vem, haverá uma considerável perda de safra, e que o mercado internacional está reagindo fortemente em matéria do próprio preço do café, lá fora.

Então, acho que este é o momento de tomarmos esta decisão. E tenho certeza de que este ponto de vista vai ao encontro do mesmo ponto de vista do próprio Ministro Delfim Neto, porque aqui não se trata de política de aumentar mais custo, é até uma grande proposta de redução de custo, para o nosso onerosíssimo orçamento nacional, tirando algumas gordurinhas extras, como a que o IBC apresenta.

Então, esta nossa proposta é muito recente, mas ela tem quase conhecimento do Sr. Ministro do Planejamento, mas vem ao encontro de um pensamento de quase toda a área federal, porque, na verdade, não existe assim tão grandes resistências com respeito a determinadas propostas.

Agora, “uma andorinha não faz verão”, e nós precisamos é exatamente criar um consenso de base, porque a cúpula está sensível na apresentação destes problemas vindos da base.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Prezado Sr. Secretário,

Dr. Guilherme Afif Domingos, não poderia, como representante também da região do Vale do Ivaí, no Norte do Paraná, uma das principais regiões produtoras de café, de trazer os nossos cumprimentos, pelo brilhante pronunciamento que fez nesta Casa, hoje. E, principalmente, quando entrou no ponto crucial da política cafeeira, que é a política agressiva, que é uma nova estrutura do IBC, para que diminua a despesa.

Como é triste, nós poderíamos voltar na região onde representamos, e constataríamos que 50% da nossa população já não mais está lá. Mas, o IBC, com seus armazéns ociosos, continua intacto, com a sua equipe de trabalho toda lá em roda, aguardando e zelando por aqueles armazéns.

É preciso, como bem disse Vossa Excelência, ir procurar a causa.

Estamos preocupados com o êxodo rural, com a população que vem para os grandes centros, em minorar, em dar uma nova estrutura para os grandes centros poderem receber essa população. Mas, a causa da manutenção desse povo na zona rural, fica muito mais barata para o Governo, não está havendo esta preocupação. É preciso que mude esta estrutura do IBC, oferecendo melhores condições, para que extinga este confisco cambial. E não precisa dar tudo, esses 70% para a agricultura. Mas, que o Governo aplique, pelo menos, a metade, e estará dando um incentivo.

Vossa Excelência falou sobre o imposto territorial rural.

Os nossos municípios estão com as suas receitas cada vez mais minguadas. O Imposto Territorial Rural, que é um pouco de ajuda para atendimento aos municípios, o INCRA tira 20% para o seu cadastramento, e municípios do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná já recorreram, para que seja pago de acordo com a Constituição Federal, todo este produto do Imposto Territorial Rural, aos municípios.

Meu caro Secretário, quero cumprimentá-lo, pela sua posição correta, pela sua posição que, pela primeira vez o nosso Secretário Reinhold Stephanes, o seu Diretor Geral tem tomado e tem manifestado, publicamente.

É preciso que haja um entrosamento dos Secretários, do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, e que faça com que o Presidente do IBC, o Ministro da Indústria e Comércio, tomem conhecimento desta real situação, e que é a única maneira de nós podermos, pelo menos, manter esta população que ainda está lá na zona rural, e dar-lhes melhores condições de vida.

É nesta política agressiva de venda que nós poderemos oferecer melhores condições e mais incentivos à nossa lavoura,

preocupando-se com o produtor, preocupando-se com o cafeicultor e não só se preocupando com a venda, não sabendo o que está sobrando na agricultura.

Cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento. E faço um apelo, aqui e agora, que haja mais entrosamento ainda entre os Secretários de Agricultura e que possam levar ao Ministro da Indústria e Comércio, que é quem dirige tudo isso, que chegue mais perto da agricultura para dar o atendimento que precisa. Obrigado.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS — Caro Deputado Gilberto Carvalho, a nossa proposta, dentro dessa estrutura, é passar o IBC para a estrutura do Ministério da Agricultura.

Vamos tratar o café como agricultura, de vez por todas.

E outro aspecto que Vossa Excelência tocou, de profunda importância, e que é, hoje, as próprias administrações municipais se reduzindo na administração das consequências do êxodo rural, na construção das favelas urbanas que, a cada dia, estão crescendo mais. Favelas com água encanada, favelas com luz e que são esses planos de projeto-embrião, do BNH, e estamos, a cada dia mais, abandonando tudo aquilo que foi construído de casas e que estão lá, no campo. E isso custa dinheiro para o País. Tudo isso tem que ser acompanhado de uma outra política que nós esquecemos e que é a política de preparação de gente. Pensamos que a agricultura só se faz com máquinas, esquecemos que ela é feita com gente.

Gostaria de só alertar para o seguinte: temos, em São Paulo, uma estrutura do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que é modelo para o mundo, de como montarmos uma estrutura de preparação de mão-de-obra, para o setor industrial. Temos o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, idem, uma estrutura comercial invejável, que mostra nossa capacidade de montar estruturas de preparação de mão-de-obra para o comércio.

E eu pergunto: e o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural por que não existe?

Na verdade, para nós, lá, está sobrando tomeiro mecânico e fresador, em São Bernardo do Campo. Mas, está faltando, na lavoura, tratador de cerca, operador de colhedeira, está faltando avicultor, e está faltando mão-de-obra mínima, especializada no campo, porque o investimento no campo de preparação de mão-de-obra, entre nós, no setor rural — respondo por São Paulo — é praticamente nulo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência quer agradecer a presença do eminente Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Afif Domingos, do nosso Secretário, Dr. Reinhold Stephanes e dos demais integrantes da Comitativa do Secretário Afif Domingos.

E suspende esta sessão, por cinco minutos, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar Sua Excelência Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, antes de sua partida.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 38/81, (Mens. Govern. n.º 42/81), que aprova o Convênio celebrado em 20/05/81 entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Obras Públicas, visando a prestação de assistência técnica e participação em estudos que objetivam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 45/81, (Mens. Govern. n.º 47/81), que aprova os termos aditivos aos convênios de n.ºs 01 a 13, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios nominados, objetivando a participação dos citados municípios no “Programa de Transporte Metropolitano”. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 56/81, (Mens. Govern. n.º 62/81), que aprova os convênios celebrados em 07/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Nossa Senhora das Graças e Santo Antônio do Paraíso, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 58/81, (Mens. Govern. n.º 64/81), que aprova os convênios celebrados em 2, 15 e 30/06/81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Mandaguari, Rio Negro e Uraí, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 69/81, (Mens. Govern. n.º 76/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado em 23/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 75/81, (Mens. Govern. n.º 81/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaporema, visando a execução de obras de controle da erosão urbana naquele município. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública a “Associação dos Deficientes Físicos do Paraná”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade

pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a “Creche Ana Lopo Canet”, com sede e foro na cidade de Congonhinhas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a “Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo - FUMEST”, no Município de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a “Guarda Mirim de Umuarama”, com sede e foro na cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egon Schwanke, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Nédio Luís Bértio, João Pereira e Leonildo Bértio, ocorridos no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País, em missão temporária de caráter cultural no Canadá, no período compreendido entre 15 de novembro a 10 de dezembro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 129/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 128/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Chefe da Casa Civil do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre as despesas em publicidade do Governo do Estado, especialmente as contas da Agência Meta Publicidade. — **Aprovado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

Oito Srs. Deputados aprovam; sete Srs. Deputados rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declara encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 80/81, e de Lei n.º 77/81.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 23 e 163/80 e

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 32, 74, 78, 92, 86, 96, 95, 98 e 99/81.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1981
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretaria-da pelos Srs. Deputados Darcy Deitos e Nilso Sguarezi.

Às 17:00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 67/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Alcool de Cana.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 1.º de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Produção de Alcool de Cana".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
 DEL CIEL — Relator.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Antes de ser procedida a verificação de votação, solicitamos a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 52/81, (Mens. Govern. n.º 69/81), que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nestes municípios. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os municípios adiante mencionados: Abatiá, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Umuarama, em 05/06/81; Cidade Gaúcha e Doutor Camargo, em 09/06/81, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios, de conformidade com a programação para 1981, do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
 DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 53/81, (Mens. Govern. n.º 75/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recur-

os na execução de obras de controle de erosão urbana, nos municípios citados, de conformidade com a programação para o exercício de 1981 do PRONOROESTE. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os municípios adiante discriminados: Cambira e Planaltina do Paraná, em 17/07/81; e São João do Caiuá, em 22/06/81, objetivando a aplicação de recursos na execução de

obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios, de conformidade com a programação para o exercício de 1981, do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

DEL CIEL — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.